

Presidente:

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Moacyr da Frota

1º Vice-Presidente:

Maj.-Brig.-do-Ar Márcio Callafange

2º Vice-Presidente:

Cel.-Av. Antero Sergio Silva Correa

3º Vice-Presidente:

Brig.-Eng. Edison Martins

DEPARTAMENTOS:

Jurídico:

Dr. Francisco Rodrigues da Fonseca

Social:

Ten.-Cel.-Int. José Pinto Cabral

Cultural:

Cel.-Av. Araken Hipólito da Costa

Administrativo:

Cel.-Av. Nylson de Queiroz Gardel

Financeiro:

Cel.-Int. Marco Antônio Pereira Nogueira

Patrimonial:

Cap.-Adm. Ivan Alves Moreira

Aerodesportivo:

Ten.-Cel.-Int. José Augusto Santana de Oliveira

Desportivo:

Ten.-Cel. Odyr Eduardo Lapa Coutinho

Beneficente:

Cel.-Av. Nylson de Queiroz Gardel

Assessoria de Comunicação Social:

Cel.-Av. Luís Mauro Ferreira Gomes

Assessoria de Informática:

Cel.-Av. Luís Mauro Ferreira Gomes

SUPERINTENDÊNCIAS:

Sede Social:

Brig.-do-Ar Cesar de Barros Perlingeiro

Sede da Barra da Tijuca:

Brig.-Eng. Edison Martins

Sede Lacustre:

1º Ten. Sebastião José Ferreira

Secretaria Geral:

Cap.-Adm. Ivan Alves Moreira

CHICAER:

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Moacyr da Frota

Endereço:

Praça Marechal Âncora, 15 - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20021-200 • Tel: (21) 2210-3212 • Fax: 2220-8444

Expediente do CAER:

Dias: 3ª a 6ª feira • Horário: 9h às 12h e de 13h às 17h

Sede da Barra da Tijuca: (21) 3325-2681

Sede Lacustre: (24) 2662-1049

Revista do Clube de Aeronáutica:

Tel./Fax: (21) 2220-3691

Diretor:

Cel.-Av. Araken Hipólito da Costa

Jornalista Responsável:

J. Marcos Montebello

Gerente de Produção Editorial e Design Gráfico:

Rosana Guter Nogueira

Colaboração editoração eletrônica:

Kátia Regina Fonseca

Produção Gráfica:

Luiz Ludgerio Pereira da Silva

Revisão:

Dirce Brízida

Secretária de Redação:

Luciene Ribeiro

Conselho Editorial:

Presidente

1º Vice-Presidente

2º Vice-Presidente

Chefe do Departamento Cultural

Diretor Revista aeronáutica e Jornal Arauto

As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

Editorial

Araken Hipólito da Costa

Cel.-Av.



Uma sociedade não pode viver apenas de “pão e circo”. É necessário ir mais além. Os homens precisam manifestar as coisas do espírito. A descoberta da natureza da alma se encontra, somente, através do estudo das obras, das operações. Para Hegel e Comte, as mais abrangentes são a arte, a religião e a filosofia.

No entanto, a partir de um olhar cuidadoso, pode-se perceber que existe uma atividade superior e totalizadora que é a *cultura*, ou seja, o conjunto de todas as atividades e de todos os produtos, frutos da iniciativa e genialidade do homem. É pela cultura que o homem interfere, preserva a natureza e vai se diferenciar dos demais entes naturais. No transcorrer da história, constatamos que as grandes civilizações sobressaíram pela pujança da cultura, sustentada pelo pensamento filosófico.

A partir do projeto socrático (469-399 a.C.), a busca da verdade e do autoconhecimento que prosseguiu pelas filosofias de Platão (427-347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.), formou o ideário político que persiste até hoje. A Grécia, alicerçada por pensamentos filosóficos, foi capaz de influenciar seus conquistadores, isto é, o Império Romano.

Na Idade Média, o pensamento de Santo Tomás de Aquino (1225-1274), harmonizando a fé e a razão, faz emergir a filosofia cristã, embasando a cultura européia.

Com o advento da Modernidade, a racionalidade de René Descartes (1596-1650) colocou a razão humana como a instância legítima da verdade. Sua filosofia lançou as bases para a construção da nação francesa. O empirismo de John Locke (1632-1704), além de realçar a importância da experiência na elaboração do conhecimento humano, alicerçou o liberalismo e a construção cultural da nação inglesa.

O criticismo de Kant (1724-1804) representa um esforço em avaliar os alcances da razão humana, propondo que o problema central de toda crítica é o juízo. A revolução copernicana de Kant trouxe os arca-bouços para a formação política da Alemanha. Já o pragmatismo de William James (1842-1919) confere um papel determinante à ação e à prática na definição da verdade, que é a expressão fiel do modo de pensar e agir do povo americano.

O Brasil nasceu com idéias portuguesas calcadas na unidade indissolúvel da extensão continental. Ao mesmo tempo, solidificou-se uma unidade da língua, bem como a miscigenação racial e amalgamaram-se diversos povos e credos. É a terra do homem cordial, conforme Cassiano Ricardo.

A questão que se põe: Qual será o pensamento que vai erigir a nossa esperada civilização brasileira?

Copiar ou aceitar modelos que não traduzem nossos interesses significa desintegrar qualquer projeto nacional futuro. Por isso, é imperioso criar mecanismos, formar grupos de estudiosos e pensadores para aprofundar tal questão no ambiente filosófico e político.

O nosso Departamento Cultural implementou um curso de Filosofia Política, na tentativa de aproveitar o potencial de nossos sócios e convidados, viabilizando estudos sobre o pensamento brasileiro.

Este curso, e outros que o sucederão, bem como a criação de um grupo de estudos são aspirações do Clube de Aeronáutica, que se esforça e se insere ativamente na área do saber.

Contamos com a participação e com as sugestões daqueles que edificaram a Força Aérea Brasileira ■



Nossa Capa:
Concepção artística
reunindo as capas
das doze últimas edições,
simbolizando a produção
editorial na atual gestão
do Presidente do Clube
de Aeronáutica



Revista 
aeronáutica
jul./ago. 2006 **257**

revista@caer.org.br

1 Editorial

Araken Hipólito da Costa - Cel.-Av.

4 Palavras do Presidente

"Sem União não Sobreviveremos!"

Ten.-Brig.-do-Ar Ivan Frota

6 Clube de Aeronáutica

"60 anos do Clube de Aeronáutica com
Alegria Renovada"

J. Marcos Montebello - Jornalista

8 Clube de Aeronáutica

Sede da Barra - Um Domingo Excepcional

Mario Alberto Pillar Bandarra - Segundo-Tenente-Aviador

10 Aeronaves

Poder Militar - Avião de Combate Aéreo

Ten.-Brig.-do-Ar Marcio N. A. Moreira

14 Amazônia

A Problemática da Área Indígena

Raposa-do-Sol

Aildon Dornellas de Carvalho - Cel.-Av.

18 Análise

As Pesquisas de Opinião

Luís Mauro - Cel.-Av.

20 Política Nacional

Alerta aos Nossos Associados

22 Fatos Históricos

Após o Raide de Doolittle

Dion de Assis Tavora - Cel.-Av.

24 Política Internacional

A Conflitualidade no Oriente Médio:

Causas e Efeitos

Manuel Cambeses Júnior - Cel.-Av.

27 Exemplos Vividos

Afonso 60 Anos

Maj.-Brig.-do-Ar Hugo de Oliveira Piva

Ciências Políticas 28

A Democracia no Brasil

Maj.-Brig.-do-Ar Umberto de Campos Carvalho Netto

31 Memorial

Há 45 anos...

A Redação

32 Arte

A Cultura Brasileira

Fernando Biculo - Diretor da Ópera Brasil

35 Visão Histórica

Carta do Papa João Paulo II aos Artistas

Síntese de texto extraído da internet

38 Solidariedade

A participação da FAB nas Operações

de Manutenção da Paz das Nações Unidas

Eduardo Ishida - Cap.-Av.

40 Homenagem

Alberto Santos-Dumont - O Pai da

Aviação - 6ª Parte

Fernando Hippolyto da Costa - Cel.-Av.

42 Medicina e Saúde

Dor de Cabeça - Como abordar este

Incômodo Frequente

Maj.-Brig.-Méd. Dr. Ricardo Luiz de G. Germano

44 Comportamento

O Elogio da Loucura

Paulo César Geraldês - Presidente da CREMERJ

46 Casos Inusitados

O Vôo de Dorso

Jonas Alves Corrêa - Cel.-Av.

47 Humor

Estão me olhando!

Maj.-Brig.-do-Ar Othon Chouin Monteiro

48 Charge

Ivo Batalha - Cel.-Av.

Dia do Soldado



Palavras do Presidente **Sem União não Sobreviveremos!**



**Discurso
de posse, na
Presidência
do Clube de
Aeronáutica,
do Ten.-
Brig.-do-Ar
Ivan Frota
(12 de julho
de 2006)**

*Flagrante da
seleta platéia
que abrilhantou,
com sua
presença,
a Cerimônia
de Posse do
Presidente
do Clube de
Aeronáutica,
atenta ao
importante evento*

Hoje, juntamente com meus vice-presidentes e com os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, estou tendo a honra de ser empossado Presidente do Clube de Aeronáutica para um segundo mandato.

Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento a todos os que, mais uma vez, confiaram em nós e aos que, neste instante, engrandecem esta solenidade com suas distintas presenças.

Desejo destacar, aqui, a solidariedade que me prestaram os componentes da Administração do Clube, desde os integrantes dos Conselhos e da Diretoria, até aos mais modestos funcionários, principalmente, nos difíceis momentos por que passamos.

Agradeço, especialmente, a Sua Excelência, o Comandante da Aeronáutica, que não mediu esforços para nos oferecer seu importante apoio, pessoalmente ou por meio de suas organizações, com as quais tivemos oportunidade de tratar, respeitadas as restrições legais.

Na Assembléia Geral que nos elegeu, apresentei a prestação de contas da Administração que findou e, portanto, não pretendo, agora, discorrer sobre o que passou, a não ser para reafirmar que fizemos, com a máxima dedicação, tudo o que as nossas limitações o permitiram.

Nesta nova gestão, não alteraremos os rumos, quais sejam os de, paralelamente ao atendimento do lazer e do bem-estar, continuar com o objetivo primordial de

conferir ao Quadro Social, no contexto da sociedade nacional, uma alternativa de voz, forte, corajosa e respeitada, como instrumento imprescindível para a busca permanente dos seus direitos e legítimos anseios, nestes incluídos os elevados interesses do País.

Os Clubes Militares sempre tiveram presença destacada nos acontecimentos importantes da História brasileira.

Primeiro, o Clube Naval e, logo depois, o Clube Militar, marcaram o início da participação castrense na vida nacional, fora dos quartéis.

A influência das Forças Armadas, desde o final do Império, lhes valeu o reconhecido papel de “*poder moderador*” nas grandes contendas políticas dessas épocas, respaldadas pelo sentimento da notória confiança que lhes deposita o povo, o qual, delas, sempre se socorre nos momentos de crise.

Temos que estar preparados para essas eventualidades, preservando sempre os componentes básicos da Instituição Armada – **a força moral e a força das armas.**

Cabe-nos a responsabilidade de jamais permitir que qualquer delas possa deteriorar-se.

Com o advento da chamada “*Nova República*”, os governos instalados nunca lograram esconder a prioridade de suas ações, no sentido do enfraquecimento da presença militar nos níveis mais elevados dos escalões governamentais.

O pretexto da criação do Ministério da Defesa e o da sua implantação prematura e inopinada podem ser considerados como a ação estratégica principal para o brusco alijamento do estamento fardado da mesa das grandes decisões nacionais, e não somente uma providência organizacional para melhor coordenação operacional das Forças Singulares.

Dessa forma, a expressão política dos militares tem sido constantemente reduzida, até pelo aviltamento salarial que os desloca para patamares sociais inferiores, dia após dia; situação que, apesar de seus reco-



nhecidos esforços, os Comandantes Militares não conseguem reverter, presas que são dos grilhões dos regulamentos.

Aproveitam-se, desse contexto, grupos paramilitares extremados, travestidos de **movimentos sociais**, desencadeando uma orquestrada programação de vandalismo indiscriminado, ante a inação e, até, o velado apoio de autoridades governamentais do mais alto escalão.

O provável uso de dinheiro público para cooptação de políticos com mandato e para compra indireta de votos de famílias humildes e desinformadas, de regiões distantes, são, também, acusações divulgadas.

Tudo isso assume proporções mais dramáticas quando se identifica, no seio da própria sociedade, uma lamentável atitude de contemporização e permissividade.

Inconformados com esse estado de coisas, recentemente, parlamentares, das tribunas do Senado e da Câmara dos Deputados, tornaram públicos contundentes pronunciamentos cobrando atitudes mais fortes por parte das Forças Armadas.

Não é mais possível se assistir, passivamente, a esse comportamento devasso de parcelas do Governo e de minorias radicais, em que sobressai a total negação do **estado de direito**.

Este é o ambiente nacional em que cumprimos

o novo mandato, em conjunto com os demais órgãos de direção e assessoramento, zelando pelo atendimento aos sócios, nos campos recreativo e de lazer, sem descuidar, entretanto, de assumir, sempre que necessário, o corajoso posicionamento do Clube de Aeronáutica, em defesa dos seus legítimos interesses e dos da Pátria comum.

Dentro de alguns dias, nosso Clube tornar-se-á sexagenário.

Já é uma extensa vida, não tão grande quanto as dos co-irmãos Clubes Naval e Militar, mas o suficiente para gerar o amálgama de uma indestrutível união, que preservaremos a qualquer custo.

Talvez, nunca tenha sido tão importante, como agora, fortalecer a representatividade do grupo social a que pertencemos, o que somente será alcançado mediante uma firme disposição de adesão de todos os seus componentes, aos quadros das respectivas entidades.

Em síntese, precisamos renovar o interesse dos militares ativos e inativos pelas suas agremiações sociais, porque isto poderá significar, para a própria Instituição Castrense, a diferença entre continuar viva ou perecer.

Muito obrigado! ■

Ten.-Brig. Ivan Frota

Dentre inúmeras autoridades presentes à Posse, ladeando o Presidente do CAER, da esquerda para a direita, estão, o Brig. Hélio Gonçalves, Presidente do Conselho Fiscal do CAER; o Ten.-Brig. Carlos de Almeida Baptista, Presidente do Conselho Deliberativo do CAER; o Gen.-Ex. Gilberto Barbosa de Figueiredo, Presidente do Clube Militar; O Alm.-Esq. José Júlio Pedrosa, Presidente do Clube Naval; o Ten.- Brig. Ivan Frota, Presidente do Clube de Aeronáutica; o Ten.- Brig. Octávio Júlio Moreira Lima, Diretor do INCAER; o Maj.-Brig. Paulo Hortêncio Albuquerque e Silva, Cmt. do III COMAR; e o Gen.-Bda. Hélio Chagas de Macedo Júnior, Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Leste





60 ANOS do



Clube de Aeronáutica com Alegria Renovada

No dia 4 de agosto de 2006, às 21h30, realizou-se, no Salão Nobre da Sede Social do Clube de Aeronáutica o Baile Comemorativo do sexagésimo aniversário do Clube, em clima de rara emoção e excelente animação.

Como se, propositalmente, os fatos houvessem reservado o melhor dos acontecimentos para uma comemoração de tal importância, o evento ocorreu com magnífica beleza, grande satisfação e em elevado astral para todos os presentes.

A primorosa decoração, utilizando o amarelo, o azul e o branco, foi abrilhantada com a apresentação da BIG BAND e CORAL TUPY, que animou a festividade, comandando a dança do animado público, com repertório variado, em diversificados ritmos.

Quanto à excelente apresentação do *buffet*, os elogios foram a tônica geral, no que se refere à qualidade e ao gentil e ininterrupto serviço.

Os convidados tiveram a oportunidade de degustar maravilhosas iguarias que compunham o



cardápio – pratos quentes, frios, massas, canapés e cascatas de frutas – o qual foi complementado por um grande Bolo de Aniversário, cujas velas foram apagadas ao som do cântico do “Parabéns”, por cadetes dos respectivos efetivos e, na ocasião, representantes, de cada uma das Forças Armadas■



O último domingo, dia 6 de agosto, foi marcado pelas solenidades de reincorporação do Ultraleve MAI ao acervo do Departamento de Ultraleves Motorizados do nosso Clube de Aeronáutica.

Explico: tal aeronave, de fabricação russa, era destinada ao exercício de recreio dos pilotos de caça da então União Soviética. É um ultraleve muito especial, pois sendo de estrutura muito forte, comporta acrobacias mais violentas, como loopings, tounes lentos ou rápidos, barril, reversains, além do oito preguiçoso e de outras manobras mais leves.

O avião é realmente especial. Dotado de um motor austríaco Bombardier Rotax – dupla carburação – tem um ronco bastante forte, que lembram um pouco os nossos antigos T-6, de saudosa lembrança...

Há quase três anos, o MAI acidentou-se, caindo na Lagoa de Jacarepaguá. Ficou praticamente irrecuperável... Entretanto, eis que retorna agora totalmente recuperado!

Com a expressiva presença de inúmeros associados, deu-se início à solenidade de sua reintegração, quando algumas autoridades fizeram uso da palavra.

Inicialmente, o Tenente-Coronel Santana, Diretor do DEPAER, historiou de forma resumida sua recuperação, enaltecendo nominalmente todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram dessa tarefa. Com o valoroso auxílio do Corpo de Bombeiros, que o retirou da lagoa, e a participação do pessoal do Parque dos Afonsos e do Museu Aeroespacial, o

MAI foi totalmente refeito, tendo sido remontado nas oficinas do próprio Clube, pelo competente serviço do nosso mecânico-chefe Silvinho e de seus auxiliares. Tal tarefa, que pode ser considerada uma verdadeira “*epopeia*”, em virtude das dificuldades financeiras, teve a duração de exatos vinte e seis meses.

Após esta explanação, foi procedida a entrega dos certificados e breves aos alunos que concluíram o curso para Piloto de Ultraleves-CPD, na presença de seus familiares, dos convidados e das autoridades aeronáuticas civis e da FAB.

Ao término desta cerimônia, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Ivan Moacir Frota, Presidente do Clube, iniciou sua fala agradecendo às autoridades que prestaram ajuda para a recuperação do MAI, citando o Parque de Material de Aeronáutica dos Afonsos, representado por seu Diretor, Brigadeiro-do-Ar Paes de Barros, ali presente. Seus agradecimentos foram extensivos à equipe de entelagem e



pintura do Museu Aeroespacial.

Elogiou o trabalho desenvolvido pelo Tenente-Coronel Santana, pela persistência demonstrada junto aos vários órgãos da FAB, que contribuíram para a mencionada recuperação, incluído aí o vôo de experiência realizado antes da liberação da aeronave para vôos no clube. Felicitou, também, sua iniciativa de reeditar a solenidade de entrega dos brevês e certificados para os novos pilotos, dando prosseguimento, assim, à tradição do Clube e oficializando-a na agenda de eventos.

Encerrando, o Brigadeiro Frota convidou o Major-Brigadeiro-do-Ar



Brig. Menezes no MAI

Mario Alberto
Pillar Bandarra
Segundo-
Tenente-Aviador
Instrutor e Checador
do Departamento de
Ultraleve do CAER

Um Domingo

Barra

Visão da
Esquadrilha

Lauro Ney Menezes para fazer o vôo de reintegração do MAI – 890, PU – LNM, cujo prefixo é composto pelas iniciais de seu nome, em virtude de ele ter sido o pioneiro na implantação do Departamento de Ultraleves motorizados do CAER.

Naquele momento, o Brigadeiro Menezes dirigiu-se ao Cel. Santana, lembrando que este havia sido sua “cria”, nos primórdios do Departamento.

Entrementes, enquanto o Presidente do Clube fazia seu pronunciamento, as Velhas Águias oriundas do 1º Grupo de Aviação de Caça e os atuais pilotos-instrutores João Luiz Moreira da Fonseca e Mario Bandarra deslocaram-se para a pista, onde já os aguardavam os dois ultraleves Fox, prefixos PU-UCN e PU-OMA, com os quais fizeram uma decolagem de elemento. Em formação, executaram passagens por sobre o campo de pouso do Clube e se dirigiram para o Ponto de Encontro, situado por detrás do Rio-2. Ali permaneceram em sobrevôo, aguardando a continuação do que fora programado.

Posteriormente, o Brigadeiro Menezes decolou, efetuando duas pas-

sagens por sobre o campo, dirigindo-se, em seguida, para o Ponto de Encontro já mencionado. Ali, os dois Fox entraram em suas alas. Sob seu comando, a esquadrilha, já formada pelos três ultraleves, dirigiu-se para o campo do Clube e efetuou duas passagens a baixa altura. Numa terceira passagem, o líder puxou o *peel-off*, sendo seguido pelos dois alas. Pousou assim a esquadrilha, sendo dessa maneira incorporado o novo componente ao “*esquadrão*”.

A exibição foi muito aplaudida pelo público presente. Seguiu-se, então, uma succulenta feijoada oferecida pelo Clube, o que prolongou a festa até ao final da tarde.

Aproveitando o belíssimo tempo, o famoso e ousado piloto de caça, Coronel João Luiz Moreira da Fonseca, (“*Jonjoca*” para os amigos), brindou a todos com perfeitas evoluções no MAI.

Mais uma vez, o Clube de Aeronáutica proporcionou uma oportunidade excepcional para o reencontro de velhos e novos colegas e seus familiares.

Aqui, aproveitamos o ensejo, para conclamar os associados e seus fa-

miliares a freqüentarem a sede esportiva do nosso Clube. Além dos jogos de tênis, vôlei, futebol e *paint-ball*, da equitação, da piscina, dos churrasquinhos e do restaurante, ainda podem contar com o “*esquadrão*” de ultraleves, onde Novas e Velhas Águias têm a oportunidade de matar a saudade do vôo, sob a supervisão e orientação de oficiais instrutores altamente capacitados.

Experimentem! Venham fazer parte desse nosso esquadrão!

Todos os sábados e domingos reúnem-se lá dezenas de aficionados do vôo de ultraleves.

Associados e convidados, em grande número, prestigiaram o evento. Dentre eles, os habituais freqüentadores: Major-Brigadeiro Meira, Tenente-Brigadeiro Baptista, Brigadeiro Edson, os Coronéis Kurka, Rezende, Nordaus, J. Carlos, Aimone, Schundo, Camisão, Capitão-de-Mar-e-Guerra Macedo, Major Albrecht, Presidente da ABUL, Dr.Fábio Tancredi, Comandante Azzi, Instrutores Fábio, Jorginho, Gustavo, Pilotos Heckel, Aquidaban, Renato de Magalhães, Áureo Benetti e outros tantos, cujos nomes não tivemos oportunidade de anotar.

Foi realmente um dia excepcional de confraternização e muita alegria. Que tais eventos se repitam com mais freqüência! ■

Excepcional



Ten.-Brig.-do-Ar Marcio
Nóbrega de Ayrosa Moreira

2ª PARTE

Avião de

Poder militar

Poder Aéreo

Em Continuação à Primeira Parte do artigo “Aeronave de Combate Aéreo”, vamos pular do Continente europeu para o Continente sul-americano, mais precisamente para o Brasil. O Poder Militar se presta à análise na Amazônia Brasileira? Certamente que sim. A Amazônia Brasileira foi desdenhada pelos brasileiros por quase 500 anos e somente no século XX veio a ser uma preocupação dos governos Federal e Estadual. Pela freqüente vinda de missionários (Religiosos?) estrangeiros para conhecer aldeias indígenas e Ricos veios de minerais dos mais diversos tipos, as elites começaram a desconfiar que se os estrangeiros vieram para pesquisar, certamente uma boa razão para a exploração existia. E, por outras razões, também, sejam puras ou espúrias. Todavia há que se perguntar: **A Amazônia Brasileira é uma região de cobiça de países ricos ou não? Evidentemente que é.**

Voltemos para a necessidade da existência de um Poder Aéreo na Região Amazônica, apesar de não haver na Região qualquer semelhança no que foi apresentado na Primeira Parte, isto é, dificilmente teremos incursões aéreas para ataque a Objetivos Militares. Todavia a FAB sempre teve visão estratégica para o desenvolvimento da Região. Tanto isso é verdadeiro

que, em certos locais do interior da Região, somente o Correio Aéreo Nacional (CAN) chegava nesses rincões, transportando pessoas, víveres, saúde e dezenas de materiais. Foram os pioneiros.

A Região é, de certo modo, de fácil penetração. A faixa contínua de 11.000 km é de fácil penetração, seja por terra, pelos rios e pelo ar. A penetração, as incursões de mineradores, de traficantes de drogas e até de Observadores Aéreos voando a grande altitude, como aconteceu várias vezes no passado. Hoje, com o uso permanente de satélites e radares, essas últimas incursões são raras. A implantação do Sistema de Radares e de TELECOM do SIVAM veio facilitar a detecção de aviões e de barcos nos rios da Região.

A cobertura radar é quase completa no nível de 6.000m; já a vigilância a baixa altitude, digamos 600m, é bastante reduzida, o que possibilita incursões a baixa altitude. Essa deficiência é diminuída pela cobertura adicional do radar do avião R-99 e pela cobertura radar dos radares terrestres. E quanto à interceptação dos aviões incursores voando abaixo de 3.000m e a menos de 200kt? E os incursores que estejam voando dentro da cobertura radar, será que a interceptação dos incursores é sempre possível interceptá-los com os AT-27 ou A-29? Não. Basta que o incursor esteja voando em rumo co-secante ou tangencial à cobertura radar; a equipagem do A-29 a postos não teria condições de decolar, subir à altitude desejada e voar a tempo de interceptar o incursor, a menos que o A-29 esteja realizando uma Patrulha Aérea de Combate (PAC) dentro da área da cobertura radar.

Qual é a razão dessas indagações minuciosas? Por que o Poder Aéreo na Amazônia, para ser efetivo, exige um avião de combate aéreo para atender todas as alternativas de incursões na Região Amazônica; e qual seria essa aeronave de combate aéreo necessária ao Poder Aéreo na Região Amazônica?

I - A aeronave, para atender a Missão de Interceptação (observação próxima e/ou destruição) de alvos aéreos, deve ter:

1 - ótima razão ascensional inicial (>40.000' p/min);



Cobertura do raio de ação aproximado dos AT-27 e dos A-29 das bases aéreas existentes e a implantar na Amazônia Brasileira



Combate Aéreo

2 - grande manobrabilidade, melhorada pelo uso do **TVC** ("Thrust Vectoring Control" ou Controle de Vetoração do Empuxo);



3 - excelente e ampla gama de telecomunicações que permitam o enlace com qualquer órgão do SIS-CEAB (Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro) ou entre diferentes tipos de aeronaves por meio de radiocomunicação ou de **radiolink**;



4 - boa autonomia em Patrulha Aérea de combate sem uso de tanques externos de combustível;

5 - bom raio de ação em Missão de Interceptação, sem uso de tanques externos de combustível;

6 - portar canhão (canhões) e mísseis ar-ar (para combate aéreo próximo) e médio alcance;

7 - possibilitar partida do motor (motores) independentemente de auxílio externo, qualquer que seja o aeródromo de desdobramento;

8 - poder operar em pistas pavimentadas de pouso/decolagem, na Amazônia Legal, com mais de 1.500m;

9 - portar dispositivos: *flare*, *hud*, visor montado no capacete, "Tactical Information Data Link" etc.;

10 - diminuir a corrida de pouso pelo deflexionamento das aletas ("canards").

II - A aeronave, para atender qualquer das missões múltiplas de emprego ar-terra, deve ter:

1 - tanques alijáveis de combustível em várias posições fixas subalares;

2 - sonda ("probe") REVO (Reabastecimento em Voo);

3 - resistência a altas cargas de "G" (positivo e negativo $> +9G / > -3G$);

4 - blindagem da cabine de pilotagem contra tiros de canhão;

5 - tanques auto-selantes de combustível;

6 - oito pontos fixos subalares para carga externa como bombas, foguetes, mísseis ar-terra, pods rec., interferidor radar, e outros;

7 - dois a quatro pontos de fixação da carga externa na parte ventral;

8 - "flir" ou dispositivo mais moderno de visão infravermelho;

9 - radar de detecção traseira;

10 - CME de despistamento de mísseis de acompanhamento radar por meio de cabo colocado na ponta da asa.

III - É complexa a escolha de uma aeronave adequada à Região Amazônica? É, sem dúvida, tarefa complexa e, também, difícil sob o ponto de vista político, uma vez que, por envolver decisões dos poderes Executivo e Legislativo, vão obrigar o permeamento de vários canais desses poderes, e sem falar nas implicações no trato com países estrangeiros e suas indústrias.

Em ocasião anterior, na escolha da aeronave do **Projeto FX**, os aviões cogitados foram o F-16 (EUA), o JAS-39 Gripen (Suécia), o Mirage 2000 (França) e o SU-27 Flanker (Rússia). A escolha do Projeto foi postergada para data mais adequada, mas certamente por razões políticas.

Projeto FX



F-16 (EUA)



Mirage 2000
(França)



JAS Gripen
(Suécia)



SU-27 Flanker
(Rússia)

Atualmente, devemos manter a escolha à época realizada? Acredito que não, porquanto nesses últimos anos muita coisa já mudou para melhor. Temos maior conhecimento de recentes informações tecnológicas de desenvolvimento desses mesmos caças. O F-16 apresenta as classes D Block 50/60, comprados pelo Chile e pelos Emirados Árabes; O JAS-39 apresenta seu modelo com “probe” de Reabastecimento Aéreo, o que virá aumentar seu deficiente raio de ação; o Mirage 2000 B/C foi substituído pelo Modelo 2000 D; e o avião russo SU-27 foi modificado para o Modelo SU-30 da Força Aérea da Índia, e, ainda, modificado para os modelos SU-35 e SU-37, que podem incorporar o **TVC**.

Como o propósito da FAB é fabricar e desenvolver o Modelo escolhido, as recentes escolhas de F-16 e de Mirage 2000 foram aquisições de modelos já fabricados e, obrigatoriamente, novas análises devem ser realizadas.

Vamos ver o que pode ser apreciado nessa área de um Projeto binacional, ou seja, fabricando partes e montando no Brasil com as “expertises” nacional e estrangeira. Para isso é interessante, antes, ressaltar alguns aspectos da escolha:

1º) não sendo suficiente somente a aquisição da aeronave sem a compra de armas/munições e, também, a fabricação local em empresa aeronáutica brasileira, certamente que o avião americano não seria escolhido, apesar de preencher quase todos os requisitos técnico-operacionais desejados pela FAB. Os embargos do Governo e do Congresso americano vão, certamente, inviabilizar a aquisição. Além do mais, os F-16 da USAF serão substituídos pelos F-22 Raptor e pelos JSF-35 (“*Joint Strike Fighter*”), o que tornará proibitiva a idéia da aquisição desses aviões, mormente pelo altíssimo custo de fabricação e venda;

2º) no caso do JAS-39 Viggen, o problema é de natureza técnica, pois apesar da autonomia e do raio de ação serem adequados para o país sueco e outros países da Europa, positivamente, não satisfaz os requisi-

tos para emprego na Amazônia. As dimensões do Continente Amazônico são vastas o suficiente para impossibilitar o emprego desse avião. Resolvido o problema de instabilidade aerodinâmica dos aviões de asa delta, porém corrigida pelo uso de computadores e pelo FBW (“*Fly-By-Wire*”). Mesmo com o uso do REVO, O Gripen é um dos aviões de menor raio de ação;

3º) o Mirage 2000 foi, talvez, o avião mais bem aceito, uma vez que a compra de 20% das ações da EMBRAER veio facilitar as negociações de fabricação de partes do avião e sua montagem na empresa, no Brasil. Todavia há certos empecilhos para o avião voar na Amazônia, como seu limitado raio de ação. Comparado com o Gripen, seu raio de ação é, também, insuficiente, porém se comparado ao F-16, seu raio de ação é inferior. Resta saber se para o M2000, ao ser substituído pelo Rafale, as negociações seriam as mesmas fáceis negociações para a fabricação e montagem do Rafale na EMBRAER. Mesmo que isso venha a acontecer, o raio de ação desse avião não é correto para utilização na Amazônia;

4º) o SU-27 Flanker foi um dos aviões preferidos para a fabricação e a montagem no Brasil, porque é, também, uma empresa de capital brasileiro. Talvez fosse a empresa escolhida por várias razões, como a compra da transferência de tecnologia, inclusive na área de armas e armamentos.

A Índia comprou dezenas de Sukhoi e os transformou em SU-27K e SU-30, empregando muitas modificações e melhoramentos no avião e nos motores, como a melhoria dos freios do MIG-21, modificação que foi introduzida, também, nos SU-30. O raio de ação dos SU-27/30/35/37 é bastante superior aos demais aviões, mesmo se comparado à última versão do Typhoon Eurofighter F 2000 inglês. Pelo seu alcance de quase 4.000km e de raio de ação superior às outras aeronaves, poderia decolar de São José dos Campos e atingir Manaus sem REVO e pousos intermediários. Dos quatro aviões analisados anteriormente, é o único com dois motores, o que aumentará a segurança de voo, na Amazônia. Com a utilização de **alelas** (“*canards*”) na fuselagem à frente do bordo de ataque das asas (SU-30/35/37), tem sua manobrabilidade melhorada, principalmente, nas manobras de Combate Aéreo Cobra (“*snake*”) e “*Tail slide*”. É, ainda, aumentada a sua estabilidade em altos ângulos de ataque (120°). Mas o que surpreende mais é a colocação do **TVC** (“*Thrust Vectoring Control*”), o que vai





F-15 versus SU-27



MIG-21 da FAI (Índia) no confronto com os F-15C



F-16 versus SU-27



F-18 versus SU-27



“Russian fighters superior, says Pentagon”

IV - Das pesquisas realizadas em sites na Internet, considero duas análises importantes:

1º) “Russian fighters superior, says Pentagon”.

Os militares americanos assombraram Moscou e a Imprensa russa dizendo que os aviões de caça russos são superiores aos equivalentes americanos. Como essas revelações lisonjeiras podem ser explicadas? O General Hal M. Hornburg disse ao jornal “USA Today” (30 de junho de 2004) que os caças Sukhoi SU-27 e SU-30 Mk1 foram bem sucedidos em combates aéreos simulados contra os F-15 C/D. De fato, os pilotos indianos ganharam 90% dos combates simulados. O jornal reportou que os americanos não estavam tão à frente como pensavam, disse o General Hornburg, Comandante do Comando de Combate Aéreo, que supervisiona as Alas de Caça e Bombardeio dos EUA. O F-15C é o avião de Superioridade Aérea da USAF e os resultados do exercício devem alertar-nos. Foram discutidos, também, mais alguns detalhes: os F-15 foram colocados em combate não somente contra os SU-30, como também contra os MIG-27, MIG-29 e

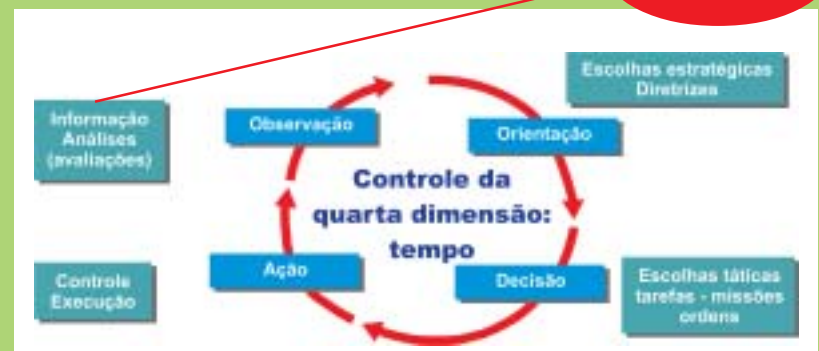
o velho MIG-21, os quais combateram bem. Os Sukhoi não apenas derrotaram O F-15, mas também o Mirage 2000. Os resultados dos exercícios surpreenderam os pilotos americanos. Contudo, especialistas e projetistas russos não pareceram surpresos com as vitórias. O projetista geral da Sukhoi, Mikhail Simonov, disse repetidas vezes que os SU-27 e os SU-30 foram concebidos em resposta ao F-15. Além do mais, os especialistas russos estipularam especificações superiores e, conseqüentemente, os russos não ficaram particularmente surpresos quando o desempenho dos caças igualou as especificações. Ao invés de mísseis e tiros de canhão, foram usadas câmeras aéreas a bordo de ambos os contendores, a fim de documentar seus combates aéreos simulados. Os pilotos americanos ficaram desapontados quando verificaram os resultados. Suas câmeras não registraram qualquer SU-27. Já os russos filmaram os pontos de vulnerabilidade de seus adversários de quase todos os ângulos. Os pilotos do avião russo devem seus resultados impressionantes ao desempenho espetacular e à substancial relação peso/potência. O desempenho espetacular já era conhecido mundo afora, porque, à exceção dos caças MIG, podem executar tais fantásticas manobras como a acrobacia chamada “cobra” de Pugachev e outras. Os F-15, os F-16 e os F-18 têm raios de curva mais abertos e os caças russos podem fechar mais a curva, simplesmente, pelo acendimento da pós-combustão. Os MIG-29 também fizeram combates aéreos simulados com os Mirage 2000 dos sul-africanos. Mais uma vez os aviões russos derrotaram seus rivais.

2º) o que me chamou também a atenção foi o excelente artigo de avaliação dos aviões concorrentes no Projeto FX (caças – qual é a melhor escolha? De Rudnei Dias da Cunha – *Defesenet*, março de 2002). Rudnei conforma suas avaliações dizendo que somente as informações escritas serão necessariamente incompletas e que só sessões de teste envolvendo as aeronaves comparadas é que permitirão aos pilotos de caça emitirem seus pareceres.

Eu diria que devam ser adicionados engenheiros de voo, preferencialmente pilotos. Além do mais, pilotos de caça, hoje na reserva, mas com larga experiência no voo de caça e que participaram e participam de vôos em várias aeronaves de caça, como o F-16, o

M2000, o Rafale, o SU-27/35, o JAS-39 e outros, poderiam participar de reuniões oficiais com membros da Comissão de Avaliação do FX para adicionar seus conhecimentos durante o processo de escolha

PROCESSO DECISÓRIO

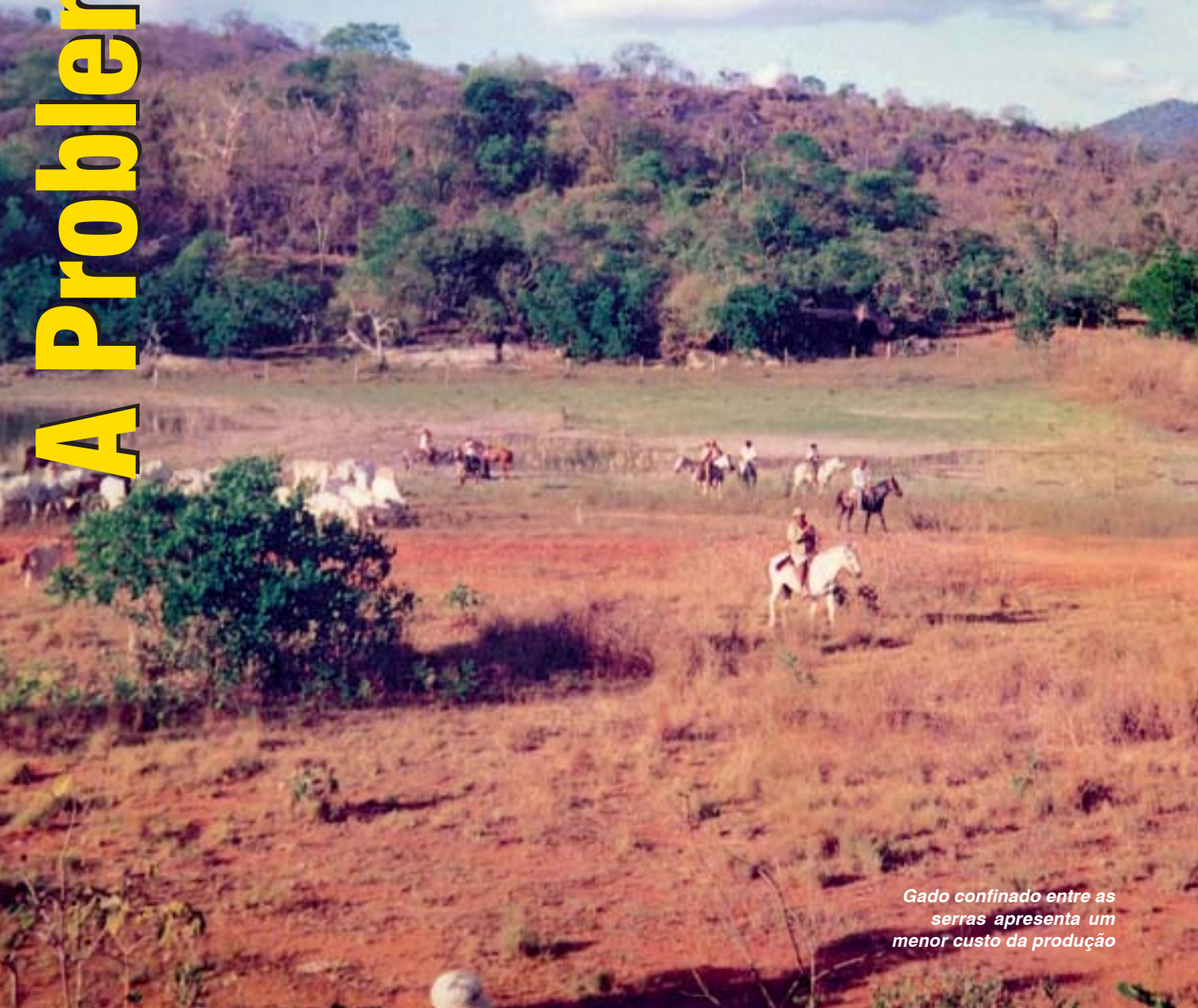




da Área Indígena Raposa-

A Problemática

Aídon Dornellas
de Carvalho
Cel.-Av.
Autor do livro
"Amazônia - Reflexões
sobre a Conquista e o
Desenvolvimento"



Gado confinado entre as
serras apresenta um
menor custo da produção



Serra do Sol



Antecedentes

No, Brasil a criação de “*terras indígenas*” data de 1947. As terras reservadas para tal fim representam 11% do território nacional.

Somente em 1980 a FUNAI foi o órgão designado para os ESTUDOS e a SELEÇÃO das áreas a serem demarcadas, dentre mais de três centenas.

Na Amazônia havia uma estimativa de 210 etnias e cerca de 144.000 indígenas, dez áreas de grande porte e centenas de pequeno porte, correspondendo a 20% da região.

A demarcação é descritiva, baseada em mapas da FUNAI, promulgada por decreto-lei, com origens no Ministério da Justiça. Deve assegurar a sobrevivência, a preservação étnico-cultural, as tradicionais áreas de caça e pesca, a segurança e o registro no PATRIMÔNIO da UNIÃO. Modernamente, foram acrescentadas “*áreas de trânsito*”, o que aumentou, consideravelmente, as terras indígenas.

Em Roraima, foram demarcadas: a área “YANOMAMI”, em 1991, com 94.000 km² (tamanho dos países da extrema Europa Ocidental), e cerca de 9.000



Vista
aérea
da cidade
de Boa
Vista

índios, na região noroeste; e RAPOSA-SERRA DO SOL, em 2005, com 1,747 mil km² e cerca de 9.000 “caboclos”, agregados com os “vaqueiros”.

A estimativa nacional da FUNAI subiu, rapidamente, para 351.000 índios, o que demonstra a não confiabilidade nos dados estatísticos.

O termo “YANOMAMI” foi adotado em 1988 pela ONG de Claudia ANDUJAR, fotógrafa belga, englobando as tribos tradicionais (AUARIS, MAIONGONGS, ECUANAS, GUINAUS, UAICÁS, XIRIANAS, GUARI-BAS, ARECUNAS).

...Uma Problemática Forjada

A problemática da área Raposa-Serra do Sol está na intransigência do Governo em não considerar as “áreas-ilhas”, que beneficiariam, também os fazendeiros, a maioria com TÍTULOS DEFINITIVOS desde 1927.

Os caboclos aculturados são: MAKUXIS, UAPIXANAS, SAPARÁS, TUALIPANGS, INGARICÓS, PAKUS, SOCÓS, PATAMONAS etc.

Roraima ainda possui duas reservas: Waimiri Atroaris (350 indivíduos, ao sul da BR-174) e poucas aldeias dos imponentes WAI-WAI, no MAPUERA, atualmente concentrados em PORTO TROMBETAS. A “área contínua” acabou com os tradicionais pólos econômicos – agropecuária e garimpo – e, inviabilizou a agricultura do arroz, único aporte da moderna tecnologia. Equipamentos holandeses de última geração são, hoje, monstros agonizantes da oxidação.

Os Pólos Econômicos

A Pecuária: Historicamente, o gado foi introduzido no Rio Branco em 1787, por Lobo D’Almada, capitão de Barcelos. Além do reconhecimento dos “campos gerais”, aprovou a localização do Forte São Joaquim e ajudou na implantação de três “Fazendas Del Rey”.

Em 1927, vieram os fazendeiros nordestinos. Em 1939, já havia fazenda com 3.000 cabeças.

Foi instituído o “regime da quarta” já adotado pelas fazendas da Igreja em São Marcos e Alto Surumu (de cada quatro rezes criadas, uma era do vaqueiro). A meta era a ENGORDA nos sopés das serras e a exportação para abate em Manaus.

O que seria a demarcação em torno das malocas, em 1980, tornou-se uma intransigente disputa. De um lado, mais radicais, as ONGs, o CIMI, a CIR incitando a técnica de guerrilha, na suposta defesa das minorias oprimidas e dos objetivos sociológicos da FUNAI e do IBAMA.

Os fazendeiros limitavam-se a contabilizar o prejuízo (algumas fazendas perderam 6.000 cabeças em cinco anos).

Daí para a frente, a proibição do trânsito dos brancos e a demarcação contínua foi uma demonstração de força do Governo.

A Garimpagem: Grande parte do desenvolvimento e da povoação do Brasil deve-se ao heroísmo dos garimpeiros. As “Minas Gerais”, Goiás, Cuiabá, até à Bahia e ao Piauí, com suas pedras brancas e coloridas.

Atualmente, a Amazônia tem as maiores produções de ouro em Serra Pelada, Rio Maria, Redenção, Vale do Tapajós, Madeira, Calçoene etc. Em Roraima, os garimpeiros chegaram cheios de esperança no início da década de 1930. Não se pode negar os vícios que contaminaram os índios e o povoamento do interior, com a corrida do ouro no MAU (1932), o faiscar de pequenas pedras no Quinô e na Serra do Sol (1934), além da explosão de garimpos na Serra do Tepequém (1935). Apareceram as figuras dos donos de barranco, dos diamantários, dos intermediários e dos intrépidos aviadores que apóiam os garimpeiros.

Os sonhos foram contaminados pela esperança de “bamburrar” (encontrar um grande veio ou uma grande pedra).

Enquanto a sorte não acontecia, os garimpeiros aumentaram a circulação monetária em Boa Vista, mas também, não tendo como vender, contrabandeavam as maiores pedras e pepitas para São Paulo, Rotterdam e Israel.

No período entre 1947 e 1950 já era considerável a produção de diamantes (19.000/13.000 quilates). Em 1990, Boa Vista foi “invadida” por 80.000 garimpeiros e 200 avionetas. A corrida movimentou 85.000 quilates de diamantes e 5.646 kg de ouro.

O garimpo foi fechado pelo Governo, em 1992.

Parágua, o segundo rio diamantífero do mundo, vende sua produção para o Banco Venezuelano, ao



preço do dia, em agências próximas aos garimpos.

Hoje o “*monumento ao garimpeiro*” na praça do centro cívico de Boa Vista, é um marco-fantasma, uma imagem distorcida, de um passado de sonhos.

Finalmente

É difícil opinar sobre fatos consumados. Como se trata de um decreto-lei, é possível uma alteração política. Na prática, os neurônios recebem sinais distorcidos; mesmo assim, ambos os contendores jogaram suas fichas.

A sociedade atônita não compreende como atividades econômicas tradicionais e de desenvolvimento sustentável são trocadas por **áreas indígenas sem planejamentos diretos nem alternativos**.

Em consequência, houve um aborto da agricultura do arroz e da soja, onde foram investidos equipamentos de alta tecnologia. Também não entendemos o não aproveitamento da experiência dos Projetos Calha Norte (1986) e SIVAM (1997).

A arrogância dos caboclos proibindo o trânsito

dos brancos renova a síndrome do medo a 6.000 habitantes de Pacaraima, 2.000 de Uiramutã e de Normandia e 1.000 de Surumu.

As flexas da radicalização, com o curare dos interesses internacionais, forjaram uma área problemática, com a convivência da lentidão da Justiça e decisões tomadas a 2.400 km do foco.

Fecham-se as cortinas. Um fim melancólico para 72 anos de trabalho. Por ser tão inverossímil, é possível que novos sonhos acalentem novas esperanças.

A História registra atos e fatos, mas somente as verdades históricas permanecem.

As ONGs escondem as suas verdadeiras intenções e corrompem aqueles que, como os avestruzes, se iludem que não prejudicam o Brasil e se vendem por trinta dinheiros■



Monumento em homenagem ao garimpeiro, situado no centro da cidade de Boa Vista

Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal

Transcrição de trechos da Política Nacional que não foi considerada na questão “Raposa-Serra do Sol”, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentado e à melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes.

(Existe (existe?) mas não é seguida)

*O pronunciamento do Senhor Presidente da República, quando da instalação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, em três de dezembro de 1993, estabeleceu os fundamentos essenciais à definição de uma política nacional integrada para a Região Amazônica. Ao “reafirmar nossa soberania para assumir responsabilidade, não para delas nos eximir”, declarou Sua Excelência que a “responsabilidade, quando se trata de Amazônia, **significa uma política voltada para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida dos seus mais de 17 milhões de habitantes**”, além de esclarecer que “tal responsabilidade exige um claro compromisso de proteção do meio ambiente e uso racional dos recursos naturais”.*

O povo brasileiro tem e exerce, por todos os títulos, soberania indiscutível sobre o Território Amazônico, o qual faz fronteira com sete Países.

*A eficácia de uma política nacional integrada, especialmente para a Amazônia, que reúne tantas especialidades sócio-culturais, depende da **participação da sociedade civil regional, com o abandono das práticas de decisões tomadas de cima para baixo**, típicas da mais recente fase do autoritarismo político no País.*

*Da mesma forma, a Amazônia apresenta um perfil relevante do ponto de vista internacional: no passado, como região supridora de recursos naturais (drogas do sertão, borracha, recursos minerais) e mais recentemente por seu significado ecológico em escala mundial. Nessa nova conceituação, atribui-se à conservação da natureza amazônica papel destacado na atenuação do chamado efeito estufa – isto é, a progressiva elevação da temperatura planetária – e da preservação da diversidade biológica, embora permaneça o interesse específico por determinados setores de atividade da Região (**mineração, pecuária** de corte extensiva, produtos vegetais e essências nativas).*

*A implantação, em 1974, do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais – POLAMAZÔNIA, explicita o redirecionamento, em base empresarial, de suas potencialidades **agropecuária**, agroindustrial, **mineral** e florestal, englobando 17 pólos.*

Luís Mauro
Cel.-Av.

As Pesquisas de Opinião

Há poucos dias, relacionamos, em um artigo, algumas insanidades antes de falarmos de outra, a condecoração de terroristas.

Vemos tantas sandices por aí, que não seria possível discorrer sobre todas elas em um texto de tamanho publicável. Assim, nestes dias que antecedem as eleições, abordaremos apenas uma: a crença irracional nas pesquisas de opinião relativas a intenções de voto.

Faz muito tempo, vimos procurando alertar os nossos interlocutores para a falta de compromisso com a verdade de tais levantamentos, mas continua impressionante o número de pessoas que ainda acredita neles. Resolvemos, então, escrever sobre as razões que nos levaram a concluir pela indiscutível falsidade das pesquisas eleitorais.

Começaremos pela origem: as encomendas aos institutos de pesquisa por instituições, que pagam por elas. São empresas jornalísticas, algumas entidades que desejam saber o que pensam os eleitores e, primordialmente, partidos políticos ou organizações a eles vinculadas.

Desse modo, fica claro que esses agentes estão, diretamente, interessados nos resultados das pesquisas, e muitos as usam não somente para conhecer as preferências eleitorais dos pesquisados, mas, principalmente, para influenciá-los.

Ora, quem paga por um produto quer que ele lhe satisfaça as necessidades. Se um partido político encomenda uma pesquisa, e esta lhe apresenta resultado desfavorável, por certo, não será divulgada e, simplesmente, não serão encomendadas outras, pelo menos àquela instituição, que, se não quiser perder essa fonte milionária de recursos, sem dúvida, manipulará os dados. É exatamente isso o que fazem os institutos: atendem as expectativas do cliente e lhe fornecem pesquisas tão verdadeiras quanto uma nota de um real e cinquenta centavos.

A esta altura, invariavelmente, nos perguntam: “Mas, por que as pesquisas são sempre favoráveis ao partido do Governo?”. E “Por que os outros partidos não encomendam, também, as suas próprias pesquisas?”.

A resposta é o óbvio: os institutos de pesquisa são poucos, e todos querem servir aos que pagam mais – o Governo e o partido que o elegeu, que têm maior disponibilidade de recursos financeiros. O partido, embora tenha aumentado a dificuldade de desviar dinheiro público depois da exposição das entranhas do “valerioduto”, ainda tem, tudo indica, muito dinheiro fora do País, oriundo de desvios antigos e de “auxílios” ilegais de governantes alienígenas, entre outros. As contas correntes no exterior, expostas nas CPI, continuam intocadas. Mas é o poder do Governo que se revela irresistível. Nenhum instituto admite perder a propaganda institucional bilionária, nem as contas das empresas estatais ou de economia mista controladas pelo Estado, como Banco do Brasil, Petrobras, Caixa Econômica Federal. Quem as ousaria dispensar?

Por tudo isso, respondemos assim ao questionamento: como um mesmo instituto não pode apresentar apurações incoerentes, e todos já estão contratados pelo Governo ou por seus afins, as pesquisas dos partidos de oposição refletiriam os resultados daquelas pedidas pelos governistas, por isso, simplesmente não são feitas.

Outro argumento interessante em defesa das pesquisas é o de que o bolsa-família beneficia dez milhões de famílias, e isso seria responsável pelo crescimento do candidato à reeleição. Outra bobagem.

Façamos algumas considerações. O eleitorado brasileiro tem sido, tradicionalmente, dividido em três grandes grupos: os simpatizantes da esquerda (com aproximadamente trinta por cento); os admiradores dos Estados Unidos e do neoliberalismo (também com cerca de trinta por cento); e os demais eleitores, os “nem A, nem B” (mais ou menos quarenta por cento),

que, por absoluta falta de opção, sempre votavam com o segundo grupo, mas, nas últimas eleições, cansados das desastrosas políticas do Governo anterior, mudaram de posição e ajudaram a eleger o atual presidente.

Esses quarenta por cento o candidato à reeleição já perdeu, quando optou por repetir as políticas do antecessor, contra as quais essa parcela do eleitorado havia votado.

Pela mesma razão, perdeu muitos dos seus próprios simpatizantes, que votarão em outras legendas de esquerda mais autênticas.

Quanto àqueles dez milhões de bolsas-família, não é crível que eles possam explicar os índices divulgados nas pesquisas. Primeiro, porque muitas dessas bolsas beneficiam pessoas que já eram eleitoras do partido do Governo (parentes ou amigos de prefeitos, vereadores, ou “coronéis” correligionários). Depois, e principalmente, porque a esses dez milhões de famílias se opõem as dos quinze milhões de aposentados (alguém poderia conceber um aposentado votando pela reeleição?).

Há, ainda, os funcionários públicos, os militares e toda a classe média massacrada. Todos têm família, também.

Nos grandes centros urbanos, quase todos os formadores de opinião, inclusive os de esquerda, por completa desilusão, são, hoje, críticos severos dos desmandos governamentais. E mais: é extremamente difícil encontrar-se alguém que diga que votará novamente no presidente. Taxistas, garçons, vendedores e, mesmo, as pessoas mais humildes, todos são, quase unanimemente, contrários ao atual Governo.

Como imaginar que os eleitores tenham esquecido o mar de lama que o envolve e está entranhado no presidente? Costumam dizer que “nada cola” nele, mas isso é somente outra mentira em que nos querem fazer crer. Cola, sim, apenas, mais uma vez, escamoteiam, despidoradamente, a verdade.



Assim, pode-se dizer que só apóiam a reeleição o que restou daqueles trinta por cento de simpatizantes de esquerda, e uns poucos banqueiros, especuladores e empresários desavisados, que ainda acreditam em Papai Noel, em duendes e em petistas. Estes últimos apoios são inexpressivos em número de votos, mas aumentam o volume de dinheiro para a compra de pesquisas fraudadas.

Seguindo esse raciocínio e descontando-se a defeção dos simpatizantes decepcionados, que estimaremos, muito timidamente, entre cinco e dez por cento, sobrariam uns vinte a vinte e cinco por cento de eleitores, ainda, dispostos a votar no presidente.

Qualquer pesquisa que apresentar intenção de voto superior a isso é muito suspeita, por ferir a lógica dos fatos.

Maior evidência do que dizemos, deus nos o referendo do desarmamento. Enquanto as pesquisas entre o público mais esclarecido da “internet” davam entre setenta e oitenta por cento contra o desarmamento, as dos institutos previam mais de sessenta por cento favoráveis.

À medida que o dia do referendo se aproximava, como a propaganda maciça, mesmo usando os artistas globais e praticamente todos os caciques políticos que pululam por aí, não conseguiu influenciar os eleitores, os institutos de pesquisa, diante da possibilidade de se desmoralizarem se errassem por margem tão grande, rapidamente, em poucas semanas, foram ajustando os resultados para os números verdadeiros, com a inversão dos valores. Apuradas as urnas, mais de sessenta por cento rejeitaram a proibição da fabricação e da comercialização de armas de fogo e munições.

Vieram, então, afirmações patéticas, tais como: “Não sabemos o que aconteceu, a percepção do eleitor mudou tão rapidamente...”; ou “O eleitor estava muito insatisfeito com o Governo Federal e deu o troco, no referendo”. O mesmo eleitor que agora procuram apresentar como satisfeitíssimo com o mesmo Governo que supostamente levara o troco.

Outra contra-argumentação é a de que a economia vai bem. Vai bem apenas nas estatísticas governamentais que, como as

pesquisas, também são manipuladas.

Depois de três anos de arrocho, somente muito recentemente, o Governo abriu os cofres e começou a soltar dinheiro público para fazer o que a mídia convencionou chamar de “bondades”, que não podem servir para explicar o suposto crescimento na preferência do eleitorado, crescimento cuja divulgação se iniciou muito antes de as “bondades” atingirem os beneficiários. O aumento do salário mínimo, por exemplo, assim que foi anunciado, passou a ser usado para explicar o progresso em pesquisas havidas quase dois meses antes de o eleitor beneficiado receber o prolapado “aumento” ou mesmo dele saber.

Em verdade, o que eles pretendem com essas pesquisas é mudar as intenções de voto dos eleitores, fazendo-nos crer em que tudo vai bem, em que o atual presidente já está reeleito e em que o candidato da oposição, como dizem, “não decolou”.

Concomitantemente, desenvolvem sedutora campanha pelo voto nulo, que somente interessa ao candidato petista, cujos eleitores jamais farão tamanha tolice.

As pesquisas na “internet” já começam a repetir o que aconteceu no referendo do desarmamento, e tudo indica que o eleitor não será influenciado pelas pesquisas adulteradas, a ponto de reeleger o atual presidente.

Apesar disso, não devemos ficar tranquilos. O grande risco é possibilidade de fraude no processo eleitoral. Considerando-se a falta de caráter dos principais interessados, ela só não ocorrerá se não lhes for possível praticá-la. Isso já ficou claro com o projeto de perpetuação no Poder, para cuja execução não hesitaram em montar o gigantesco esquema de corrupção que, agora, têm a desfaçatez de negar.

E todos sabemos da insegurança dos processos eletrônicos. Estão aí as fraudes nas transações bancárias ou com cartões de crédito a confirmá-lo. Para agravar o risco, o partido do Governo tem infiltrados militantes em todos os setores do Estado. Seguramente, também os tem na Justiça Eleitoral.

Outra pergunta que nos fazem frequentemente é a razão por que a fraude não foi praticada no referendo do Desarmamento.

A resposta é imediata. Talvez não valesse a pena arriscar tanto por tão pouco. Afinal, a Lei do Desarmamento, já aprovada, seria suficiente para limitar, fortemente, a capacidade de reação dos cidadãos às investidas totalitárias que pretendessem fazer no momento oportuno.

O referendo visava mais a beneficiar fabricantes e comerciantes internacionais de armas, livrando-os da nossa concorrência. Em troca de que favores, não é difícil de imaginar.

Perdem-se algumas verbas “não contabilizadas”, mas não se compromete a capacidade de fraudar as eleições, o que verdadeiramente lhes interessa. E ainda há um importante subproduto: justamente a alegação de que, se fosse possível a fraude, ela teria sido usada naquela ocasião.

Muito conveniente, como conveniente seria usar as pesquisas de opinião — que nesse caso não se ajustariam à verdade dos fatos, às vésperas das eleições — para coonestar o resultado das urnas, caso este não correspondesse à vontade dos eleitores.

Isso será muito facilitado, se nos rendermos à mentira exaustivamente repetida pelos meios de comunicação, até que, como diz o aforismo, “vire verdade”. Se a aceitarmos agora, por que não o fariamos, depois?

Nós sabemos quem eles são, o que querem e do que são capazes, e conhecemos os fatos, que estão à nossa disposição na mídia, todos os dias. Temos apenas de interpretá-los e ordená-los, para deles tirarmos as conclusões. Não subestime-mos o inimigo, nem menosprezemos a nossa inteligência, deixando-nos enredar pelas suas artimanhas, rejeitando a nossa lógica para ficar com a deles.

A nossa liberdade, a nossa sobrevivência, o futuro dos nossos filhos e netos dependem de nós. O caminho é longo e árduo, e o primeiro passo é identificarmos a verdade em meio ao emaranhado de mentiras, para sabermos o que realmente está acontecendo. Vamos dá-lo sem hesitação. Depois virão os outros passos, mais difíceis, ainda. Não vacilemos em dá-los, também.

Cumpramos com o nosso dever e façamos o que devemos fazer! ■

ALERTA AOS NOSSOS ASSOCIADOS

Em tempos de eleições, a *Revista aeronáutica* não pode se furtar de reavivar, na lembrança de nossos sócios, bem como de seus familiares, as lamentáveis ocorrências na esfera política brasileira.

Consultem, nos veículos impressionantes da mídia, quais foram os indicados nas CPI's ou pelo Procurador judicial da República, mesmo aqueles que "escaparam" da acusação definitiva, utilizando-se de artifícios jurídicos, em fraudes, peculatos e em diversos casos esdrúxulos. Mensalões, sanguessugas e outras esperanças, nunca mais!

Muitos deles, com a maior desfaçatez, estão se candidatando novamente a cargos eletivos.

Todo o cuidado é pouco!

O Brasil é nosso, não deles. Mas, para que façamos de nossa Pátria uma nação séria, obrigamo-nos a colocar, nos Poderes Constitucionais, COM O NOSSO VOTO, pessoas que pensem como nós, que tenham o mesmo desejo nosso de viver numa boa terra, conviver numa sociedade séria e honesta.

Afinal, o maior percentual dos brasileiros é, assim, trabalhador, cumpridor honesto de suas missões e, acima de tudo, disposto a zelar por um grande futuro para nossas crianças.

Deixemos para nossos descendentes um Brasil limpo! ■

JOSÉ COIMBRA

Dep. Federal

2026 - PSC

Ozonioterapia na Saúde Pública
e defesa da família militar

Sugestão Política

A *Revista aeronáutica* aproveita a oportunidade para sugerir que dêem preferência aos candidatos militares, os quais poderão, com seu conhecimento e experiência no nosso segmento, apreciar, com o devido desvelo, as necessidades reais no nosso Congresso, bem como corrigir distorções que se foram sucedendo ao longo do tempo.

Estatísticas várias têm comprovado que a sociedade brasileira considera os militares confiáveis, principalmente em termos da Soberania Nacional.

Esta importância tem sido relegada nos Orçamentos aprovados.

SEU VOTO pode mudar a tendência negativa frente a outras atividades, em segmentos sem a mesma credibilidade.

BRIGADEIRO ERCIO BRAGA



Dep. Federal

1247 - PDT

Restabelecer
o respeito para
com a família e
a profissão militar

ÁLVARO LINS



Dep. Estadual

15110 - PMDB

Combater
as causas da
violência

CEL. AMAURY MEYER



Deputado

Estadual

31193 - PHS

Pelas condições
salariais do
Corpo de Bombeiros

CÍCERO CRUZ

Deputado

Estadual

31222 - PHS

Planejamento,
organização e
fiscalização das
ações de Governo



CORONEL ERNESTO CARUSO



Dep. Federal

3123 - PHS

Pelo incremento
da indústria de
equipamentos de
emprego militar

LAUDIER



Dep. Federal

3130 - PHS

Verbas mais justas
para o
segmento militar

GEN. SIQUEIRA



Dep. Estadual

31250 - PHS

JOEL MAIA



Dep. Estadual

31003 - PHS

AILTON LOPES



Dep. Estadual

31113 - PHS

FANTINATTI



Dep. Estadual

31069 - PHS

JÚLIO NASCIMENTO

Dep. Federal
3165 - PHS
Pela dignidade
de Servidor Civil
e do Militar

SAMUEL MALAFAIA

Dep. Estadual
15070 - PMDB
Melhoria
e crescimento
das Forças Armadas

TENENTE RICARDO BOSIGNOLLI

Dep. Estadual
31055 - PHS

JAIR BOLSONARO

Dep. Federal
1120 - PP
Em defesa da família
por melhores salários;
Contra a reforma
previdenciária dos
servidores

IVONE LUZARDO

Dep. Federal
2570 - PFL
Defesa
dos interesses
da família militar

FLÁVIO BOLSONARO

Dep. Estadual
11120 - PP
Remuneração digna
para as Forças Armadas;
Retorno de soldo
de CB para
Auxílio-Invalidez

CMT. RIBEIRO AFONSO

Dep. Federal
3100 - PHS
Representar os
militares no
Congresso Nacional
e a dignidade dos
brasileiros

PAULO RAMOS

Dep. Estadual
12345 - PDT
Contra corrupção,
roubo e dilapidação
do patrimônio
público e defesa
dos servidores
públicos civis
e dos militares

JOSÉ HERMIDA

Dep. Federal
3133 - PHS
Pelo aumento do
universo fardado na
participação política
dentro das Casas
Legislativas

CORONEL PEREIRA

Dep. Federal
3320 - PMN
Alguém que sabe
o que os militares
estão passando
e que está
indignado com
as quadrilhas de
colarinho branco

WILTON MENDES

Dep. Federal
4502 - PSDB
Qualidade de
vida para todos
"Só existe vida,
onde existe saúde"

Palestra Geraldo Alckmin

No encontro realizado, em 22 de agosto último, no Clube de Aeronáutica, entre o segmento militar e o pleiteante à Presidência da República Geraldo Alckmin, o candidato expôs sua plataforma e respondeu perguntas da platéia sobre assuntos diversificados.

Quanto à área em questão, Alckmin disse que defendia a paridade salarial entre os militares da ativa e da reserva, mas evitou prometer aumentos salariais.

Enfatizou, no entanto, que, para enfrentar o problema da segurança, as Forças Armadas vão trabalhar no policiamento de fronteiras e não nas ruas, caso seja eleito, como candidato do PSDB, para a Presidência.



Da esq. p/a dir., Gen.-Ex. Gilberto Barbosa de Figueiredo, Presidente do Clube Militar; o candidato à Presidência, Geraldo Alckmin; Ten-Brig.-do-Ar Ivan Frota, Presidente do CAER; Alm.-Esq. José Júlio Pedrosa, Presidente do Clube Naval e Gen. Schroeder Lessa

**Informações analíticas
sobre os candidatos
em geral poderão
ser obtidas em**

<http://perfil.transparencia.org.br>
www.politicosdobrasil.com.br

Após o Raide

Dion de Assis Tavora
Cel.-Av.

Tenente-Coronel da Força Aérea do Exército, James H. Doolittle, bombardeou Tóquio e mais três cidades japonesas no dia 18 de abril de 1942. As aeronaves utilizadas foram B-16 e B-25.

Em consequência do bombardeio de Tóquio, 50 japoneses foram mortos e 252 feridos. Cerca de 90 indústrias ficaram em chamas. Alvos não militares foram também atingidos por engano; um hospital, uma escola secundária e algumas casas residenciais. Como a decolagem, do Hornet, foi feita mais longe do que o calculado, o planejamento de pouso na China ficou prejudicado. Todos os aviões deveriam dirigir-se para Chuchow, uma cidade e um entroncamento ferroviário ao sul de Shangai, a cerca de 200 milhas do Yangtzé. Essa área não estava ocupada pelos japoneses.

A ordem era chegar o mais próximo possível de Chuchow e pular de pára-quedas, uma vez que isso só ocorreria à noite. Todos os aviões esgotaram suas reservas de combustível antes do destino. Dos 16 aviões que participaram do bombardeio de Tóquio, um dos aviões, com pouco combustível, rumou para o norte e pousou próximo a Vladivostock, na União Soviética. A tripulação do B-25 ficou internada por pouco mais de um ano. Por insistentes solicitações ameri-

canas, os cinco tripulantes foram repatriados via Irã. O B-25 ficou retido e nunca foi devolvido pelos soviéticos.

Três aviões fizeram um pouso forçado no oceano, ao sul de Shangai, a pouca distância da praia. Um pousou num campo de arroz ainda alagado. Os outros onze caíram por falta de combustível, no território continental chinês. Quando o combustível se estava esgotando, todas as tripulações saltaram de pára-quedas. Um deles não abriu. Outros tripulantes tiveram tornozelos torcidos ou costelas quebradas, e, em alguns casos, ferimentos mais graves. Um dos aviões caiu perto de Nanchang, ocupada pelos japoneses.

A tripulação foi imediatamente presa. Outro avião, que pousou próximo à praia, teve dois de seus membros afogados, na tentativa de chegar a terra. Os outros três tripulantes contataram *partisans* chineses, mas foram denunciados e presos pelos japoneses. Doolittle, após o bombardeio de Tóquio, prosseguiu para a China. Quando próximo ao seu local de destino, saltou de pára-quedas, esperando não cair em território controlado pelos japoneses.

Tinha voado 13 horas e percorrido 2.250 milhas. Inicialmente, pensou que sua primeira

Esquema do voo



Doolittle
com sua
tripulação e
oficiais
chineses



Doolittle condecorado



de Doolittle

missão de combate fosse um fracasso, pois perdeu todos os aviões.

Entretanto, foi condecorado com a Medalha de Honra do Congresso Americano pelo seu excepcional feito. Adicionalmente, foi promovido ao posto de general. Comandou a 12ª Força Aérea durante a Campanha do Norte da África (1942-1943), a 15ª Força Aérea no norte da Itália (1943), e a 8ª Força Aérea, durante a intensiva campanha de bombardeio contra a Alemanha (1945). Após a guerra, passou para a reserva e retomou o seu antigo emprego na Shell. Chegou a vice-presidente e diretor da companhia, onde trabalhou até à sua aposentadoria, em 1959.

Mesmo aposentado, sempre participou de comissões governamentais em assuntos ligados à Aviação. Serviu em todas as administrações, desde Eisenhower, até Reagan. No Governo Reagan, foi promovido, na reserva, ao posto de "Four Star General". As insígnias do posto foram colocadas pelo próprio Presidente Reagan e pelo Senador Barry Goldwater, em seção conjunta do Congresso. Doolittle morreu na década de 90, com mais de 96 anos. Deixou um exemplo inigualável de dedicação e patriotismo. Uma das histórias mais conhecidas sobre o bombardeio de Tóquio foi escrita pelo Capitão Ted Lawson, em seu livro "Trinta Segundos sobre Tóquio". Esse livro se tornou um clássico da Aviação. Foi publicado ainda no final de 1942, contribuindo para o esforço de guerra americano. Mais adiante, foi feito um filme com o mesmo nome.

Resumindo: cinco dos oitenta homens de Doolittle ficaram detidos na União Soviética. Três morreram em decorrência dos acidentes provocados pela situação. Oito tripulantes foram capturados. Mais tarde, esses tripulantes capturados foram mandados para Tóquio, a fim de serem interrogados pela polícia secreta. Os ses-



Ten.-Cel. da Força Aérea do Exército, James H. Doolittle, nasceu na Califórnia, em 14 de dezembro de 1896

senta e quatro restantes conseguiram chegar em Chungking, capital da China não ocupada.

O Imperador Hiroito foi consultado sobre o que fazer com os prisioneiros. Resolveu não se imiscuir no problema. Seu colaborador íntimo, Sugiyama, sugeriu que fossem julgados pelas mortes ocorridas em decorrência do bombardeio. Os prisioneiros foram mandados de volta para Shanghai, onde aguardaram os seus destinos. Três dos tripulantes foram fuzilados. Um dos remanescentes dos cinco prisioneiros morreu na prisão. Os outros quatro foram libertados por pára-quedistas americanos, em 20 de agosto de 1945■



Na foto ao lado, Doolittle como comandante da 15ª Força Aérea



A Conflitualidade no

Fotografias originais montadas sobre 46 folhas encadernadas, em que foi usada a técnica de "claywash"



Manuel Cambeses Júnior - Cel.-Av.

Membro correspondente do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra; Membro titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Pesquisador do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica.

CAUSAS



Oriente Médio:



Indubitavelmente, os Estados Unidos têm uma posição dominante na nova ordem mundial posterior à Guerra Fria e à denominada Guerra do Golfo, de 1991. Porém, mesmo com seu predomínio no poder militar e seus avanços tecnológicos e espaciais, não conseguem obter o controle de todos os fatores políticos que influem em uma confrontação. Existe um poder dominante, mas também existem vários pólos políticos que conferem à multipolaridade um significado e um peso indiscutíveis. A “*pax americana*” posterior a 1991 não se assemelha à “*pax romana*” ulterior à destruição de Cartago, um século antes de Cristo.

Os complexos e insolúveis problemas que acometem o Oriente Médio continuam presentes como um permanente pano de fundo. Bem valeria a pena passar uma rápida revista aos mesmos. O Pan-arabismo, o conflito árabe israelense, o problema palestino, o fundamentalismo islâmico e as controvérsias étnico-territoriais, eis aqui as causas fundamentais da instabilidade e da conflituosidade dessa conturbada zona do mundo.

O Pan-arabismo é resultado do processo artificial e arbitrário que deu origem à existência dos Estados da região. Na medida em que estes surgiram como resultado de

um simples traçado geométrico, que ignorou as realidades subjacentes, não foi possível assentar sobre eles um sentido de identidade nacional. Essa busca de identidade, que não encontrou resposta em nível de unidades nacionais, teve de se trasladar a dois extratos diferentes. De um lado ao clã, à tribo, à família. De outro, ao contrário, para uma entidade muito maior que os próprios Estados, ou seja, para a idéia da grande nação árabe. Em virtude desse fenômeno conhecido como Pan-arabismo, as fronteiras estatais são vistas como divisões artificiais que não fazem mais do que separar um mesmo povo.

O fenômeno pan-arábico tem trazido consigo consequências e as seguintes tendências, respectivamente: a formação de lideranças messiânicas que buscam projetar-se sobre o conjunto do mundo árabe; a intervenção em assuntos internos dos demais estados árabes, em virtude da justificativa brindada por essa noção supra-estatal; a considerar as riquezas da região como propriedade mancomunada de todos os países árabes e os subseqüentes ressentimentos que derivam ante a impossibilidade de aceder a elas; a identificar arabismo com sunismo, ou seja, a raça árabe com a vertente sunita do islamismo.

e EFEITOS

O conflito árabe-israelense encontra sua origem no fim da Primeira Guerra Mundial, quando os britânicos assumiram o mandato sobre um território que, a seguir, haveria de se chamar Palestina. Ao fazê-lo, começaram a dar rédeas soltas à imigração judia, a qual se assentava nos compromissos derivados da chamada Declaração Balfour e nas exigências do movimento sionista, que teve sua origem no intelectual húngaro Teodoro Herzl.

A Resolução 181 das Nações Unidas, do ano de 1947, adotou um plano para dividir a Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. A declaração de independência do Estado de Israel, em 1948, veio imediatamente sucedida por um ataque combinado de Egito, Síria, Líbano, Jordânia e Iraque. O resultado dessa guerra foi que Israel ficou de posse de territórios mais extensos do que aqueles que lhe haviam sido designados, originalmente, no Plano de Partição da Palestina aprovado pela ONU. Dessa maneira, ao problema da introdução de um “*corpo estranho*” na região, vieram somar-se dois problemas adicionais: a ocupação por parte de Israel, de territórios que não lhe foram conferidos juridicamente e a presença de uma população árabe-palestina flutuante, transformada em permanente fator de combustão.

O problema palestino teve sua origem na impossibilidade de se criar um Estado árabe, de acordo com o prescrito pela Resolução 181, que dividiu a Palestina. A guerra de 1948, que sucedeu a independência de Israel, aumentou seu território, ocupando a Galiléia e a parte oeste de Jerusalém, que haveriam de corresponder à Palestina árabe.

Mais grave ainda, entretanto, foi a atitude dos próprios árabes para a criação de um Estado árabe-palestino. O Emir Abdullah anexou a Cisjordânia a seu próprio território da Transjordânia, formando sobre essas bases o moderno reino da Jordânia. Por outro lado, o Egito ficou com o controle da Faixa de Gaza, também destinada ao Estado árabe-palestino. Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel conquistou Gaza e a Cisjordânia. A partir desse momento, a impossibilidade de conformar um Estado árabe-palestino, sob os termos da Resolução 181, passou a recair sob a responsabilidade israelense.

O fundamentalismo islâmico é resultado do caráter totalizador do credo corânico, sempre propício aos excessos. A “*Sharia*”, ou sujeição às leis religiosas, se apresenta como uma opção natural de identidade em meio à influência ocidental e ao mundo moderno. Nela, o crente muçulmano encontra resposta para suas dúvidas, em meio aos preceitos que guiam todos os aspectos de sua vida cotidiana e o brindam com um nicho de certezas frente a um leque de questionamentos sem respostas. A revolução de Khomeini no Irã abriu as portas a um modelo de vida e de sociedade que a cada dia se apresenta mais atrativo para amplas massas populacionais do Oriente Médio. O temor à “*Jahiliyya*” ou seja, a apostasia e abarbarie são identificadas não somente com a presença e a influência do Ocidente, mas também com a dos regimes pró-ocidentais da região.

As controvérsias étnico-territoriais são resultado de traçados artificiais com os quais ingleses e

franceses delinearam as fronteiras da região, após o fim da Primeira Guerra Mundial. Antigas províncias turcas se viram desligadas de seus centros ancestrais de posse, da mesma maneira como grupos étnicos de uma mesma origem se viram separados por novos limites estatais. Desta forma, a Jordânia se sentiu no direito histórico de anexar a Cisjordânia, da mesma maneira que o Iraque considerou que poderia fazer o mesmo com o Kuwait. Irã e Iraque têm mantido uma perene disputa sobre o Shatt-el-Arab, da mesma forma que a Síria sempre considerou que a província de Mossul, outorgada ao Iraque, forma parte de sua herança histórica. De um a outro extremo da região, os problemas territoriais se reproduzem, gerando rugas e confrontos. Por sua vez, a pressão irredutível de grupos étnicos que se consideram com direito a uma pátria própria se faz sentir de maneira contundente. Junto ao caso palestino, anteriormente aludido, encontramos também os curdos, grupo étnico que foi disseminado entre Turquia, Irã e Iraque.

É importante enfatizar que o Oriente Médio contém, em suas entranhas, dois terços das reservas petrolíferas do mundo e tem demonstrado, sistematicamente, incapacidade para alcançar a estabilidade e estabelecer a tão almejada paz. Os problemas e as tensões que afloram a todo o momento demonstram estar calcados em ódios e ressentimentos acumulados ao longo de séculos e mostram-se demasiadamente enraizados para que seja promovida, a curto prazo, uma trégua à conflituosidade reinante nessa conturbada e explosiva região do planeta■



Maj.-Brig.-
do-Ar
Hugo de
Oliveira Piva
Cadete 4603



Meus caros amigos, Cadetes de 1946 e todos aqueles que, ao longo desses 60 anos, vieram se agregar ao grupo, enriquecendo muito a nossa Turma.

É a vocês todos que eu me dirijo. E a primeira pergunta que eu me fiz foi:

“O que é que eles gostariam de ouvir de mim neste momento?”

Eu não consegui resposta para essa pergunta, portanto eu vou falar sobre o que eu gostaria de dizer a vocês.

Não vou dizer que estamos 60 anos mais velhos do que naquele dia inesquecível em que nós nos apresentamos na Escola de Aeronáutica. Não vou dizer da vibração, do entusiasmo, das dúvidas e das inseguranças que, naquela época, povoavam o nosso cérebro tão vivo e dinâmico.

Mas vou falar dos nossos sonhos... Dos nossos planos de conquistar o mundo, pois cada um de nós tinha o seu próprio mundo, e estava começando a desbravá-lo. Cada um a seu modo. Cada mundo à sua altura.

Hoje, 60 anos depois, verificamos que caminhamos bem mais longe do que sonhávamos, e conquistamos muito mais do que imaginávamos, mas mesmo assim ainda estamos muito mais distantes das nossas metas iniciais.

Aquele mundo enorme e maravilhoso que sonhamos é muito menor do que este que viemos abrindo ao longo da vida. Sabemos agora que o horizonte é muito maior do que aquele pequeno universo que pretendíamos conquistar nos sonhos da nossa juventude. E ele agora é maior graças às nossas realizações, pois foram as nossas conquistas que ajudaram a fazê-lo tão grande.

Olhando para trás vemos com orgulho o muito que contribuímos para um Brasil melhor e um mundo mais desenvolvido e mais aberto.

Olhando para a frente vemos os nossos filhos, sobrinhos, netos, e todos os seus companheiros, tentando também desbravar os seus próprios mundos.

E quais são os ideais dessa nova geração?

Se examinarmos bem, veremos que o mundo deles é muito maior, mais brilhante e mais rico do que o dos nossos sonhos de 60 anos atrás, mas o caminho que terão que percorrer é mais longo e os obstáculos são maiores. Eles precisam, pois, do nosso estímulo, do nosso apoio e da nossa experiência.

Precisamos encorajá-los a sonhar, pois só os sonhos podem fazê-los grandes. É preciso sonhar para crescer, e batalhar com coragem para transformar esses sonhos em realidade, pois nós temos a dimensão dos nossos sonhos e a consistência das nossas realizações ■



A Democracia no Brasil

*Maj.-Brig.-do-Ar Umberto de
Campos Carvalho Netto*





O Brasil, desde a primeira Constituição da República, é um Estado Democrático organizado sob a forma federativa, com Sistema de Governo presidencialista, três poderes independentes e parlamento bicameral.

A Constituição de 1891 apresentou uma feição com cunho bastante liberal e foi fortemente influenciada pela dos Estados Unidos de 1787.

No tocante ao sistema eleitoral, a primeira Carta Republicana, a par da liberdade partidária, estabeleceu o sufrágio dito universal, embora com variadas restrições. O voto não era secreto, mas obrigatório para homens maiores de vinte e um anos, sendo vedado a analfabetos, soldados, religiosos e mulheres. O progresso no rumo de uma maior participação popular viria com o tempo.

A Universalidade

A partir da primeira Constituição, começa uma lenta caminhada com vistas ao aper-

feiçoamento do regime, incluindo-se a ampliação dos colégios eleitorais.

Com efeito, em 1932 o Código Eleitoral promulgado pelo governo oriundo da Revolução de 30, que tinha entre as suas bandeiras o combate à fraude e à corrupção nas eleições, além de instituir a Justiça Eleitoral, confirmou o Sufrágio Universal, mas direto e secreto, extensivo às mulheres, obrigatório a partir dos dezoito anos, porém continuando vedado aos analfabetos.

A Constituição de 1988 ampliou consideravelmente a Universalidade, até um ponto dificilmente superável: diminuiu o marco da maioria eleitoral, inovando com o voto facultativo na faixa 16/18 anos, da mesma forma que para os analfabetos. Só é vedado o direito aos menores de 16 anos, aos conscritos durante o tempo da prestação do Serviço Militar e àqueles que tenham perdido os direitos políticos na forma da lei.

Além disso, os constituintes de

88 optaram pela Democracia Semi-direta, já que foram consagradas três formas de participação direta, quais sejam: o Plebiscito, o Referendo e a Iniciativa Popular, nos casos e nas condições previstos no texto da Carta Magna.

A Caracterização da Democracia Brasileira

As conquistas em direção ao ideal democrático, que se foi consolidando no mundo, especialmente a partir do século XIX, atingem o seu ápice no Brasil, com a Constituição de 1988, começando a sua caracterização a partir dos fundamentos da República, apresentada como um Estado Democrático de Direito, listados no Artigo 1º: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Também importantes na caracterização em tela são os objetivos fundamentais do Estado brasileiro,



enumerados no Artigo 3º: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Este último item, particularmente, reveste-se de grande importância, pois veda qualquer forma de discriminação, uma chaga que macula a Humanidade até mesmo em sociedades mais avançadas.

No que se refere aos direitos e garantias individuais, a Carta de 88 é pródiga em concessões, iniciando com os direitos e deveres listados no Artigo 5º, cujo caput estatui a igualdade de todos perante a lei, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se aos residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, seguindo-se os termos em que se manifestam estes direitos, relacionados em nada menos de setenta e sete incisos. Destes, alguns reafirmam dispositivos anteriores já consagrados, outros constituem autênticas inovações que trazem um cunho modernista à Democracia brasileira.

Da mesma importância são os direitos sociais de que trata o Artigo 6º por meio de trinta e quatro incisos, também contendo cláusulas inovadoras, em que estão inseridos os direitos à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados.

Com relação à ordem econômica, o Artigo 170 declara-a fundada na valorização do trabalho humano e

na livre iniciativa, dentro dos seguintes princípios: soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor e do meio-ambiente, redução das desigualdades sociais e regionais, busca do pleno emprego, tratamento favorecido às empresas de pequeno porte com sede e administração no País.

No campo político, juntamente com os direitos eleitorais mencionados, deve-se dar ênfase à existência dos partidos políticos, já institucionalizados e julgados essenciais para o bom funcionamento do regime democrático e para a expressão máxima da aceitação do pluralismo político, desde a criação da respectiva Lei Orgânica, de 1972. Pela atual Constituição, é livre a sua criação, fusão, incorporação e extinção, resguardando-se a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana, e exigindo-se o seu caráter nacional, a proibição do recebimento de recursos exteriores ou a subordinação a governos ou entidades estrangeiras.

A par de todo este elenco de dispositivos constitucionais, ainda há que se considerar conquistas que se vêm consolidando nas últimas décadas, com legislações que reforçam os direitos dos cidadãos, demonstrando o espírito democrático da sociedade brasileira. Tais são, por exemplo, as leis antidiscriminação racial, de proteção ao consumidor, às crianças e adolescentes, aos idosos, aos deficientes físicos, ao meio-ambiente e tantas outras.

Teoria e Prática

É uma verdade que não pode ser desprezado o fato de que nem sem-

pre o que está escrito nas leis é a realidade na prática, até porque muitos dos dispositivos constitucionais, por vezes, não passam de objetivos a perseguir e, não raro, por sua natureza, não podem apresentar resultados mensuráveis. Tais são, entre muitas outras, expressões como “maior justiça social”, “promover o bem de todos”, “criação de uma sociedade livre, justa e solidária”, para citar apenas três exemplos. Ainda assim pode-se afirmar com convicção que, desde 1891 até aos dias que correm, o progresso em direção à plena Democracia no Brasil é inquestionável. Porém, ainda restam muitas lutas e muitas conquistas para aperfeiçoá-la cada vez mais. Mas todas as características mencionadas permitem deduzir que a Democracia brasileira distancia-se muito do que se conheceu como Liberalismo Clássico do século XIX.

Melhor caberia, se quisermos rotular o Estado brasileiro, qualificá-lo como Estado Social, que pratica a Social-Democracia. Pelo menos é esta a conclusão a que se pode chegar, com base na estrutura legal que estabelece as condições de convivência da sociedade brasileira. A esta mesma sociedade, que faz as leis por meio de seus representantes, compete exigir o seu fiel e integral cumprimento, assim como estar permanentemente atenta para com a atuação dos detentores de mandatos que não correspondam à confiança dos seus eleitores.

O grande objetivo deve ser no sentido de que a Democracia brasileira, sem dúvida altamente louvável na teoria, não se desvirtue na prática, reduzindo-se a apenas uma bela, porém, pouco eficaz, declaração de boas intenções■

Há 45 anos

*Para conhecimento
dos pesquisadores,
continuamos a
apresentar o
Sumário dos
artigos publicados
nos números
anteriores da
Revista
aeronáutica.*

*Desta feita, estão
relacionadas
aquelas matérias
veiculadas nos
números 10, 11 e
12 do ano de 1960.*

Sumário da Revista nº 10 - MAI./JUN. 1960

Editorial

Economia de Guerra e Importância da Indústria – Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

O “Thor” facultou um Reforço Excelente ao Pioneiro V

À Margem de uma Reforma – Lauro Ney Menezes – Cap.-Av.

Equipe de Fatores Humanos – Tradução do Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

Desafogo Cívico – J. Menezes Moura

Jacareacanga – Aloísio Nóbrega

Roteiro do Guaporé – Maj.-Brig.-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues

A Chuva Leve afeta o Julgamento do Piloto? – Tradução do Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

“Astrovia” para as Estrelas

A Marinha experimenta o Potencial de Navegação do Transit – Tradução do Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

Igualdade – Cônego Waldemar Rezende – Cap.-Capl.-Aer.

Uma Teoria sobre os Discos Voadores – Donald H. Robey – Tradução do Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

Esportes – Judô: Esporte em Ascensão – Prof. Augusto de Oliveira Cordeiro

Xadrez – Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

Por que não temos Indústria Aeronáutica – George Soares de Moraes – Ten.-Cel.-Av.-Eng.

A “North American Aviation” renova sua proposta para colocar o X-15 em órbita – Tradução do Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

Notícias do Clube

Notícias da Aeronáutica

Sumário da Revista nº 11 – JUL./AGO. 1960

Editorial

Formas de Guerra – Ivo Gastaldoni – Cel.-Av. B-58 de Missão Múltipla – Tradução do Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

O Especialista em Relações Públicas e a Opinião Pública – Márcio Cesar Leal Coqueiro – Ten.-Cel.-Av.

Aeroporto de Barra do Corda – Protásio Lopes de Oliveira – Ten.-Cel.-Av.

Flagrante do CAN – Couro de Onça Preta –

Aloísio Nóbrega – Maj.-Av.

O Aviador, sua Cultura, sua Carreira – Brig.-do-Ar-Eng. João Mendes da Silva

Direito do Espaço – Paulo Ernesto Tolle

Brasil – Campeão Mundial do Pentatlo Militar Operação Trovão – Paulo Costa – Ten.-Cel.-Av.

Navegação por Inércia – Aldo Alvim de Rezende Chaves – Cap.-Int. Aer.

Xadrez – Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier Notícias do Clube

6.º Aniversário da Morte do Maj.-Av. Rubens Florentino Vaz

Notícias da Aeronáutica

A FAB Equipada com os Recordistas de Transportes

Há quase três décadas serve o CAN aos Povos dos Países Sul-Americanos

Sumário da Revista nº 12 – SET./OUT. 1960

Editorial

Uma Vida ao Serviço da Pátria – Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

O Padre Bartholomeu Lourenço de Gusmão – Documentos Históricos da Navegação Aérea Brasileira – Dr. Waldemiro Pimentel – Coronel

Flagrante do CAN – Ambrósio de Aragarcas – Aloísio Nóbrega – Maj.-Av.

O Gás Liquefeito na Indústria Petroquímica – Aloísio Vasconcelos Menescal – Cap.-Eng.



A Primeira Vitória Aérea – Cassiano Pereira – Maj.-Av.

Homenagem Póstuma – José Guimarães Bijos – Ten.-Cel.-Int.

O Problema da Reserva na FAB – Aldo Vieira da Rosa – Cel.-Av.

A Evolução da Guerra – Um Novo Conceito – Ivo Gastaldoni – Cel.-Av.

Asas ou Algemas – J. Menezes Moura

Preparação de Operários para a Indústria Aeronáutica – Aldo Alvim de Rezende Chaves – Cap.-Int.

Estudo Meteorológico da Precipitação Estática – Farid Cezar Chede – Cap.-Esp.-Met.

Cartas a um Aspirante Meteorologista – Clodomir Padilha Alves da Silva – 1.º Ten.-Esp.-Met.

Aeromodelismo – Haroldo Sauer Guimarães – Cap.-Int.

A Velha Guarda

Oswaldo Cruz – Antônio Rezende de Castro Monteiro – Ten.-Cel.-Méd.-Aer.

Telecomunicações e a Segurança Nacional – J. C. Vallim – Ten.-Cel.

Palavras Cruzadas

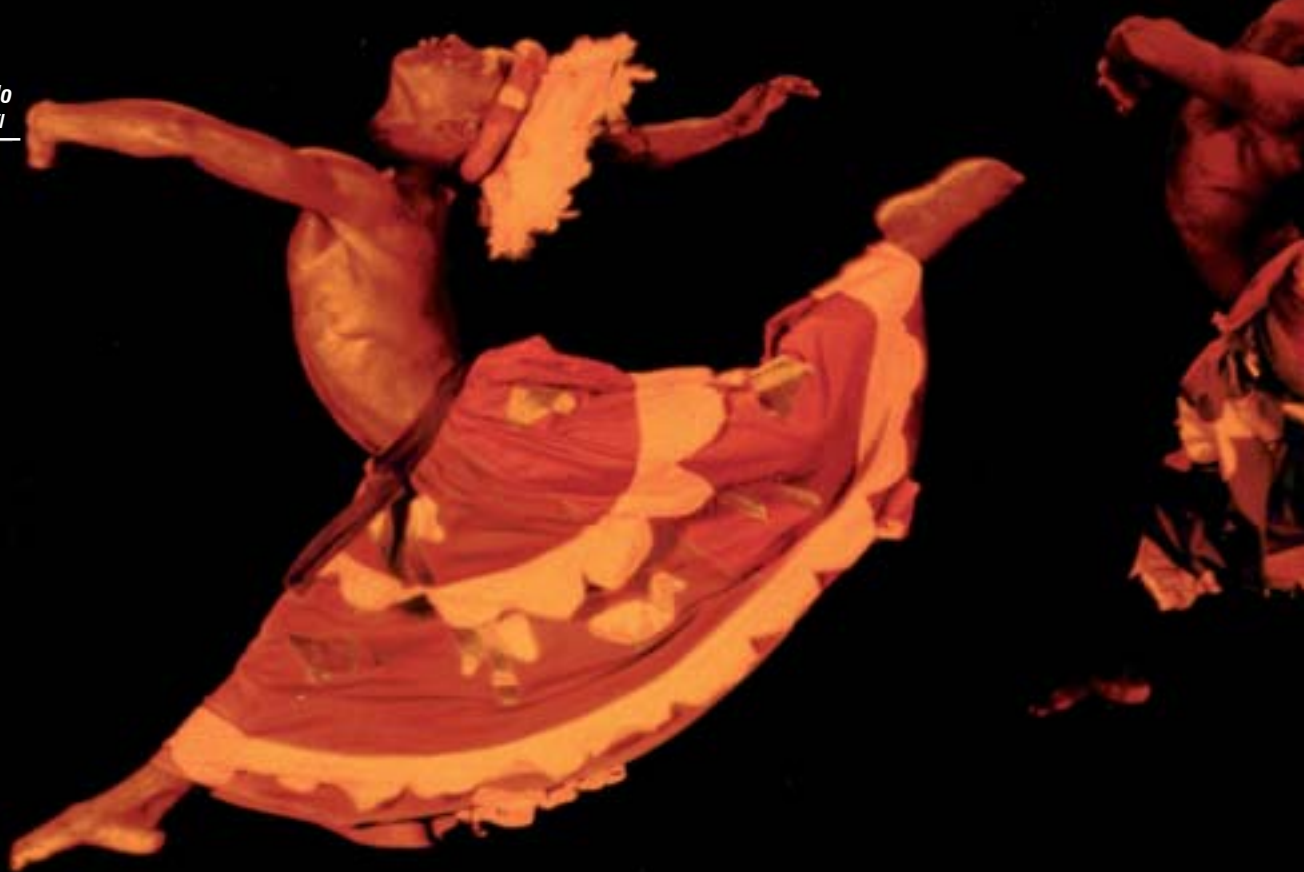
Xadrez – Brig.-do-Ar-Eng. Oswaldo Balloussier

Problemas Argelinos – A. F. Lobato – Cel.-Int. Reconstrução e Ampliação do Aeroporto do Galeão – Eng. Pedro Coutinho

Notícias da Aeronáutica ■

A Cultura

Fernando Bicudo
Diretor da Ópera Brasil



O mundo caminha aceleradamente para uma nova gênese. Estamos verificando que as nações e os povos não mais são conquistados pelas guerras, como acontecia na Antigüidade. Não é mais a força militar que determina o poderio de um povo e as suas conquistas. Os impérios também não são mais formados pelo poderio econômico. Com a globalização da economia, com as transnacionais e com a força dos órgãos internacionais, cada vez mais o capital não é fator determinante do poder de um povo sobre outro, de uma nação sobre outra ou de um grupo sobre o outro.

Cada vez mais o homem busca o conhecimento. Cada vez mais a cultura é reconhecida como o tesouro

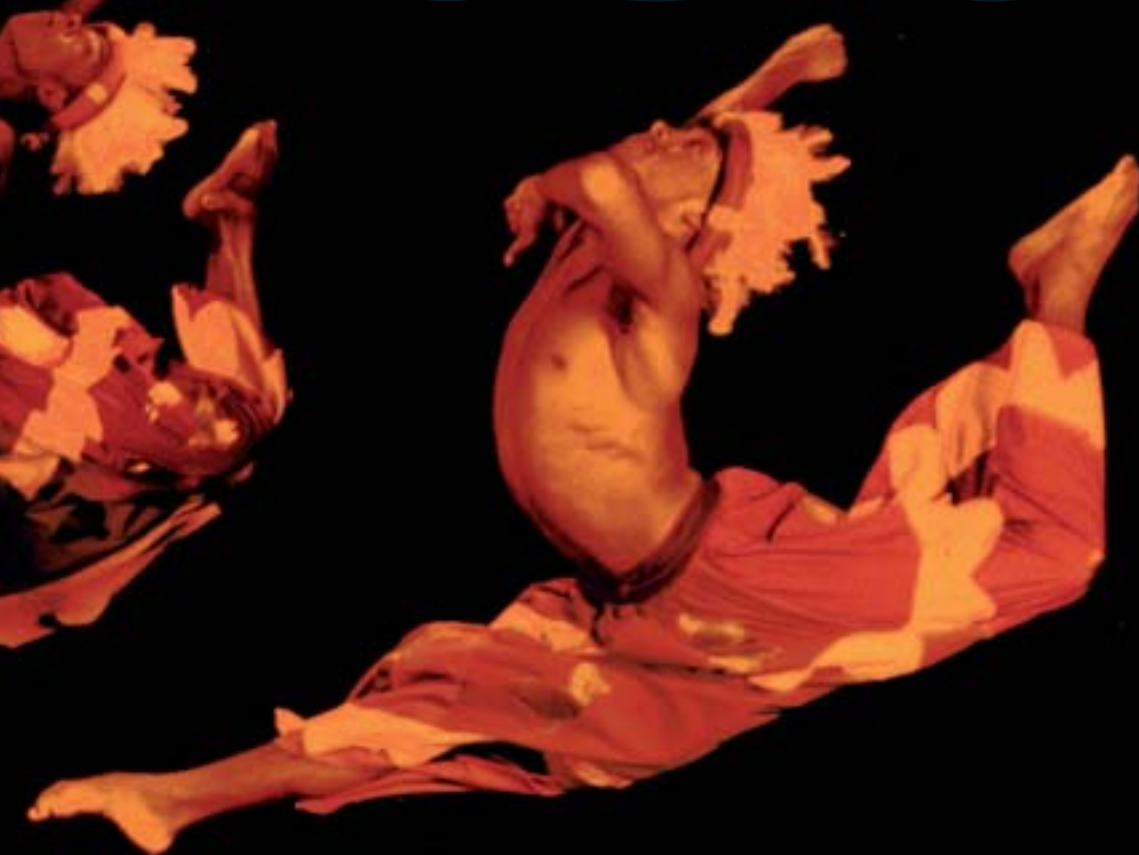
maior de um povo e de uma civilização. Ela é a conquista maior que temos, é o legado que deixamos para as gerações seguintes.

A sobrevivência de uma nação está diretamente ligada à força de sua cultura. As fronteiras de um povo serão determinadas pelo alcance e pela divulgação dela. Estamos verificando a Europa sendo transformada em um país; estamos vendo a Europa unida. As fronteiras estão desaparecendo e os países passam a ser parte uns dos outros. Estamos vendo continentes.

Recentemente, os governos dos países europeus reuniram-se, preocupados com a pasteurização que se está verificando em suas sociedades. Essa homogeneização imposta pelos meios de comunicação e fruto da glo-

balização está descaracterizando as sociedades que, antigamente, e até muito recentemente, tinham características bem distintas. Se a Europa, continente de tradições culturais seculares, está preocupada com a descaracterização de suas origens e raízes diante da globalização e os governantes resolveram investir verbas vultosas em suas culturas populares e folclóricas para preservação da identidade, o que dizer de nós, aqui no Brasil? Somos um país jovem e dentro de mais alguns anos vamos ter a ALCA, com a América unida. Esperamos que seja unida, justa, mas temos muitas dúvidas a respeito disso. O que será de nossa cultura, da nossa sociedade e da civilização brasileira?

Brasileira



Isso me preocupa, porque ainda estamos vivendo um período em que não temos essa união, verificando-se uma descaracterização acelerada da cultura brasileira. Considero, inclusive, absolutamente errados os mecanismos atuais de incentivo a esse quesito. O Brasil está criando sistemas que são incentivos à cultura universal e alienígena, mas não à brasileira.

Recentemente, há dez anos, começamos a ter leis de incentivo à cultura. O que essas leis fizeram até agora? Onde está ela? Está desassistida. As maiores expressões que verificamos em nossa sociedade são atos de marketing e de valorização de marcas comerciais que se refletem nos grandes eventos culturais. Basta verificarmos o nome dos nossos even-

tos: *Free Jazz*, *Carlton Dance*, *Kaiser Rock*. Onde está a brasileira? O que isso tem a ver com o maracatu, com o bumba-meu-boi, com o caboclinho, com a essência nacional? Não vemos isso refletido no noticiário dos jornais ou da televisão. O que existe é uma ação mercadológica, como se fosse um complô contra nossa nacionalidade. Os pequenos grupos folclóricos e da cultura popular e as pequenas e as médias companhias teatrais têm dificuldade muito grande de acesso aos incentivos. Quem tem acesso a isso são os grandes grupos e os grandes produtores que, em sua maioria, estão ligados a grandes grupos econômicos, que valorizam seus interesses comerciais em detrimento dos interesses nacionais.

Sou economista e homem acostumado a fazer projetos. Levei sete meses e fiz exaustivas visitas a Brasília e ao Rio de Janeiro para atender ao que era exigido. Para aprovar o meu primeiro projeto, tive de preencher nove formulários, treze anexos e apresentar oito certidões. Ainda tive de cumprir algumas exigências.

Qual é o grupo brasileiro que se pode dar ao luxo de fazer isso? Em sua grande maioria, a arte brasileira funciona independente de burocracia. Quem pode se submeter a essa forma estatizante que emperra a obtenção desses supostos incentivos?

O que aconteceu, a bem da verdade, foi que, com tantas exigências, o apoio à atividade cultural desapareceu. Antes, os produtores iam às em-

presas e pediam um quilo de miçangas, dez quilos de plumas, madeira. Agora, não podem fazer isso. Na primeira fase da lei, a empresa simplesmente contabilizava o que era feito como doação e apresentava no seu Imposto de Renda, e a coisa funcionava. Agora, o projeto cultural tem de ser prévio, o que é uma ingerência. A atividade no Brasil passou a ser aprovada pelo Ministério da Cultura. Acabou a espontaneidade! Se o projeto não for aprovado, não há como receber nada, o que dificulta a produção.

Estamos vivendo um momento de extrema carência de recursos para a produção brasileira. Por outro lado, não podemos deixar de pensar que a cultura é o fator determinante da cidadania, é o que vai determinar a sobrevivência do povo brasileiro. Sempre foi olhada como supérfluo. Devemos mudar a visão que temos sobre isto.

A cultura é o elemento mais importante do desenvolvimento econômico de um povo. O elemento mais importante para diminuir as injustiças sociais. A indústria cultural é capaz de criar maior número de empregos no Brasil. É a atividade que maior benefício traz ao país. No entanto, é sempre relegada a segundo plano.

Passei quinze anos fora do Brasil, em auto-exílio. Não damos importância aos nossos valores, não conhecemos o Brasil e não conhecemos a cultura brasileira, que não se encontra nos grandes centros, mas na periferia, no Norte e no Nordeste. O mundo inteiro a reverencia.

Por que não investir de forma eficiente e encontrar mecanismos de apoio para que criemos empregos e possamos aumentar o turismo cultural? Seria uma forma de atrair, inclusive, o investidor estrangeiro. Aquele que vem atrás desse tipo de turismo é capaz de investir no País. Uma for-

ma de atrair o capital estrangeiro é vendê-la e incentivá-lo.

Pergunto-me por que o Brasil, que recentemente criou para a pequena e para a microempresa o imposto Simples, pois não têm infra-estrutura para cuidar de tantos impostos, não faz uma lei simples nessa área? Por que não pensamos em diferenciar o pequeno produtor cultural, que não tem infra-estrutura burocrática e administrativa, para que se possa seguir os mesmos princípios do grande? Por que não valorizamos a produção, baseada na cultura brasileira, com incentivos maiores do que aqueles que estão simplesmente servindo de elemento de valorização de uma marca? Temos de pensar nessas coisas.

Verificamos que existe uma carência de financiamento. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico recentemente incluiu o "S", passando a ser Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esse "S", parece-me, entrou apenas para que ficasse politicamente correto, porque não o vemos. Eu gostaria de vê-lo financiando as atividades sociais com a mesma ênfase que dá ao desenvolvimento econômico. A cultura é o vetor mais importante de desenvolvimento econômico da Nação e o fator primordial, principalmente nas regiões mais carentes do Brasil, para a criação de novos empregos, que é um problema nacional.

O dinheiro investido, recentemente, na fábrica da Volkswagen, que criou duzentos empregos, poderia ter criado duzentos mil empregos no Nordeste. Esses duzentos mil empregos no Nordeste atrairiam – o fator é dezenove – esse número multiplicado por dezenove de outros empregos, que, por sua vez, atrairiam o capital estrangeiro. A indústria cultural é a que mais cresce no mundo e a que tem melhor retorno.

Os senhores se lembram de Nova York, em 1975. Decretaram a falência de uma cidade do mundo capitalista. O prefeito daquela cidade, na época, pegou o seu caixa – havia poucos recursos, insuficientes para que qualquer projeto de sua administração pudesse ir adiante – e destinou a verba aos artistas para que falassem do amor que tinham pela cidade. Essa pequena verba resultou na campanha "*I love New York*". Devido a esse refrão, a Broadway se revitalizou. Era uma cidade extremamente violenta. Eu morava lá naquela época. As indústrias, o comércio e os serviços saíram de lá, indo para os arredores. A cidade tinha um índice de desemprego altíssimo, o maior dos Estados Unidos. Com a criação do grito de amor por ela e com os espetáculos que aconteceram na Broadway, vieram os turistas; com eles, os hotéis encheram; os restaurantes tiveram de contratar mão-de-obra; a indústria de serviços foi aumentando; as conferências e as reuniões anuais das empresas passaram a convergir para lá novamente; a atividade da cidade começou a florescer de novo; os impostos foram recolhidos e as dívidas passaram a ser pagas. Nova York saiu da insolvência e voltou a ser – estava perdendo para Londres – o centro financeiro. Hoje, indubitavelmente, é a capital do mundo dos negócios.

Tudo isso ocorreu por causa de um bando de artistas que resolveu falar de amor pela sua cidade.

Não há um brasileiro que ouse falar do amor pelo seu País e pela sua cultura e que ache que temos de pensar na alma nacional. É hora de dedicarmos um pouco mais de atenção às expressões autênticas, que são as festas populares, as músicas e as danças do folclore, essência e base da nossa cultura verdadeira. ■

Carta do Papa João Paulo II aos Artistas

A todos aqueles que apaixonadamente procuram novas “epifanias” da beleza, para oferecê-las ao mundo como criação artística.

“Deus, vendo toda a sua obra, considerou-a muito boa.” (Gn 1,31)

O Artista, Imagem de Deus Criador

Ninguém melhor do que vós, artistas, construtores geniais de beleza, para intuírem algo daquele “*pathos*” com que Deus, na aurora da criação, contemplou a obra das suas mãos. Infinitas vezes, se espelhou um relance daquele sentimento no olhar com que vós – como, aliás, os artistas de todos os tempos – maravilhados com o arcano poder dos sons e das palavras, das cores e das formas, vos pusestes a admirar a obra nascida do vosso gênio artístico, quase sentindo o eco daquele mistério da criação a que Deus, único criador de todas as coisas, de algum modo vos quis associar.

Pareceu-me, por isso, que não havia palavras mais apropriadas do que as do livro do Gênesis para começar esta minha Carta para vós, a quem me sinto ligado por experiências dos meus tempos passados e que marcaram indelevelmente a minha vida.

Na realidade, não se trata de um diálogo ditado apenas por circunstâncias históricas ou por motivos utilitários, mas radicado na própria essência, tanto da experiência religiosa como da criação artística. A página inicial da Bíblia apresenta-nos Deus quase como o modelo exemplar de toda a pessoa que produz uma obra: no artífice, reflete-se a sua imagem de Criador. Esta relação é claramente evidenciada na língua polaca, com a semelhança lexi-

cal das palavras “*stwórca*” (criador) e “*twórca*” (artífice).

Qual é a diferença entre “*criador*” e “*artífice*”? Quem cria, dá o próprio ser, tira algo do nada – “*ex nihilo sui et subiecti*”, como se costuma dizer em latim – e isto, em sentido estrito, é um modo de proceder exclusivo do Onnipotente. O artífice, ao contrário, utiliza algo já existente, a que dá forma e significado. Este modo de agir é peculiar do homem como imagem de Deus. Com efeito, depois de ter afirmado que Deus criou o homem e a mulher “*à sua imagem*” (cf. Gn 1, 27), a Bíblia acrescenta que Ele confiou-lhes a tarefa de dominarem a terra (cf. Gn 1, 28). Foi no último dia da criação (cf. Gn 1, 28-31).

Por conseguinte, Deus chamou o homem à existência, dando-lhe a tarefa de ser artífice. Na criação artística, mais do que em qualquer outra atividade, o homem revela-se como “*imagem de Deus*”, e realiza aquela tarefa, em primeiro lugar, plasmando a “*matéria*” estupenda da sua humanidade e, depois, exercendo um domínio criativo sobre o universo que o circunda. Com amorosa condescendência, o Artista divino transmite uma centelha da sua sabedoria transcendente ao artista humano, chamando-o a partilhar do seu poder criador.

A Vocação Especial do Artista

Nem todos são chamados a ser artistas, no sentido específico do termo. Mas, segundo a expressão do

Gênesis, todo homem recebeu a tarefa de ser artífice da própria vida: de certa forma, deve fazer dela uma obra de arte, uma obra-prima.

É importante notar a distinção entre essas duas vertentes da atividade humana, mas também a sua conexão. A distinção é evidente.

A Vocação Artística a Serviço da Beleza

Um conhecido poeta polaco, Cyprian Norwid, escreveu: “*A beleza é para dar entusiasmo ao trabalho, o trabalho para ressurgir*”.

O tema da beleza é qualificante, ao falar de arte. Esse tema já apareceu, quando sublinhei o olhar de complacência que Deus lançou sobre a criação. Ao pôr em relevo, que tudo o que tinha criado era bom, Deus viu também que era belo. A confrontação entre o bom e o belo gera sugestivas reflexões. Em certo sentido, a beleza é a expressão visível do bem, do mesmo modo que o bem é a condição metafísica da beleza. Justamente o entenderam os gregos, quando, fundindo os dois conceitos, cunharam uma palavra que abraça a ambos: “*kalokagathía*”, ou seja, “*beleza-bondade*”. A este respeito, escreve Platão: “*A força do Bem refugiou-se na natureza do Belo*”.

Pode-se dizer, com profunda verdade, que a beleza é a vocação a que o Criador o chamou com o dom do “*talento artístico*”. E também este é, certamente, um talento que, na linha da

parábola evangélica dos talentos (cf. Mt 25, 14-30), se deve pôr a render.

Tocamos aqui um ponto essencial. Quem tiver notado em si mesmo esta espécie de centelha divina que é a vocação artística – de poeta, escritor, pintor, escultor, arquiteto, músico, ator etc. – adverte ao mesmo tempo a obrigação de não desperdiçar esse talento, mas de o desenvolver para colocá-lo a serviço do próximo e de toda a Humanidade.

O Artista e o Bem Comum

De fato, a sociedade tem necessidade de artistas, da mesma forma que precisa de cientistas, técnicos, trabalhadores, especialistas, testemunhas da fé, professores, pais e mães, que garantam o crescimento da pessoa e o progresso da comunidade, por intermédio daquela forma sublimada de arte que é a “*arte de educar*”. Não só enriquecem o patrimônio cultural da nação e da Humanidade inteira, mas prestam também um serviço social qualificado ao bem comum.

Desde as narrações da criação, do pecado, do dilúvio, do ciclo dos Patriarcas, dos acontecimentos do êxodo, passando por tantos outros episódios e personagens da História da Salvação, o texto bíblico atizou a imaginação de pintores, poetas, músicos, autores de teatro e de cinema.

Tudo isto constitui, na História da Cultura, um amplo capítulo de fé e de beleza.

Os Primórdios

A fé impunha aos cristãos, tanto no campo da vida e do pensamento como no da arte, um discernimento que não permitia a aceitação automática desse patrimônio. Assim, a arte de inspiração cristã começou em surdina, ditada pela necessidade que os crentes tinham de elaborar sinais para exprimirem, com base na Escritura, os mistérios da fé e, simultaneamente, de arranjar um “*código simbólico*” para se reconhecerem e iden-

tificarem especialmente nos tempos difíceis das perseguições.

Quando, pelo Édito de Constantino, foi permitido que os cristãos se esprimissem com plena liberdade, a arte tornou-se um canal privilegiado de manifestação da fé.

Enquanto a arquitetura desenhava o espaço sagrado, a necessidade de contemplar o mistério e de o propor de modo imediato aos simples levou, progressivamente, às primeiras expressões da arte pictórica e escultural. Ao mesmo tempo, surgiam os primeiros esboços de uma arte da palavra e do som; e se Agostinho incluía também, entre as temáticas da sua produção, a da música, Hilário, Ambrósio, Prudêncio, Efrém da Síria, Gregório de Nazianzo, Paulino de Nola, para citar apenas alguns nomes, faziam-se promotores da poesia cristã, que atinge, frequentemente, um alto valor não só teológico, mas também literário. Algum tempo mais tarde, Gregório Magno, com a compilação do “*Antiphonarium*”, punha as premissas para o desenvolvimento orgânico daquela música sacra tão original, que ficou conhecida pelo nome dele. Com as suas inspiradas modulações, o Canto Gregoriano tornar-se-ia, com o passar dos séculos, a expressão melódica típica da fé da Igreja durante a celebração litúrgica dos Mistérios Sagrados.

Não faltaram momentos difíceis nesse caminho. A propósito precisamente do tema da representação do mistério cristão, a Antiguidade conheceu uma áspera controvérsia, que passou à História com o nome de “*luta iconoclasta*”. As imagens sagradas, já então difusas na devoção do povo de Deus, foram objeto de violenta contestação. O Concílio celebrado em Nicéia, no ano 787, que estabeleceu a legitimidade das imagens e do seu culto, foi um acontecimento histórico não só para a fé, mas também para a própria cultura.





Catedral de Beauvais, França

A Idade Média

O patrimônio artístico, que se foi acumulando ao longo dos séculos, conta com um florescimento vastíssimo de obras sacras de alta inspiração, que deixam cheio de admiração mesmo o observador do nosso tempo. Na força e na simplicidade do românico não existe só o gênio de um artista, mas a alma de um povo.

Humanismo e Renascimento

A feliz estação cultural, em que tem origem o florescimento artístico extraordinário do Humanismo e do Renascimento, apresenta também reflexos significativos do modo como os artistas desse período concebiam o tema religioso. Dado que vos escrevo deste Palácio Apostólico, esconjo de obras-primas, talvez único no mundo, quero antes fazer-me voz dos maiores artistas que por aqui disseminaram as riquezas do seu gênio, permeado, freqüentemente, de grande profundidade espiritual.

Precisamente os maiores artistas acima mencionados no-lo demonstram. Bastaria pensar no modo como Miguel Ângelo exprime, nas suas pinturas e esculturas, a beleza do corpo humano.

A Caminho de um Renovado Diálogo
Verdade é que, na Idade Moderna, ao lado deste humanismo cristão que continuou a produzir significativas expressões de cultura e de arte, foi-se progressivamente afirmando, também, uma forma de humanismo caracterizada pela ausência de Deus, senão mesmo pela oposição a Ele.

Mas, vós sabeis que a Igreja continuou a nutrir grande apreço pelo valor da arte como tal.

No Espírito do Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II lançou as bases para uma renovada relação entre a Igreja e a cultura, com reflexos imediatos no mundo da arte. Tal relação é proposta na base da

amizade, da abertura e do diálogo. Na Constituição pastoral *"Gaudium et spes"*, os Padres Conciliares sublinharam a *"grande importância"* da literatura e das artes na vida do homem: elas procuram dar expressão à natureza do homem, aos seus problemas e à experiência das suas tentativas para conhecer-se e aperfeiçoar-se a si mesmo e ao mundo; e tentam identificar a sua situação na História e no universo, dar a conhecer as suas misérias e alegrias, necessidades e energias, e desvendar um futuro melhor.

A Igreja precisa da Arte

Ora, a arte possui uma capacidade muito própria de captar os diversos aspectos da mensagem, traduzindo-os em cores, formas, sons que estimulam a intuição de quem os vê e ouve.

A Igreja precisa, particularmente, de quem saiba realizar tudo isto no plano literário e figurativo. O próprio Cristo utilizou amplamente as imagens na sua pregação.

A Igreja tem igualmente necessidade dos músicos.

A Igreja precisa de arquitetos, porque tem necessidade de espaços onde congregar o povo cristão.

A Arte precisa da Igreja?

Portanto, a Igreja tem necessidade da arte. Pode-se dizer também que a arte precisa da Igreja? A pergunta pode parecer provocatória. Mas, se for compreendida no seu reto sentido, obedece a uma motivação legítima e profunda. Esta colaboração tem sido fonte de mútuo enriquecimento espiritual. Sobressaiu também o laço peculiar que existe entre a arte e a revelação cristã.

Espírito Criador e Inspiração Artística

Na Igreja, ressoa, muitas vezes, esta invocação ao Espírito Santo: *"Veni, Creator Spiritus"* (*Vinde, Espírito Criador, as nossas mentes visita, enchei da vossa graça os corações que criastes*).■

A participação da **FAB** nas



Eduardo Ishida
Cap.-Av.
Pós-graduado em Relações
Internacionais pela UnB

Entre os anos de 1960 e 2003, a Força Aérea Brasileira (FAB) participou diretamente com quase trezentos militares em diversas Operações de Manutenção da Paz (OMP) das Nações Unidas, ao redor do mundo, além de ter provido o Transporte Aéreo Logístico de vários contingentes do Exército Brasileiro (EB) que seguiram para essas missões.

Historicamente, a FAB realizou o traslado dos contingentes do EB, cerca de 6.300 homens, que se revezaram na Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF I), durante crise do Canal de Suez, entre 1957 e 1967. Foi, porém, somente no Congo que a Aeronáutica, pela primeira vez, participou efetivamente como parte integrante de uma OMP.

Para a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), onde se instalara uma crise interna ocasionada pela recente independência do país, o Brasil enviou, inicialmente, em julho de 1960, um contingente

composto por 10 oficiais-aviadores da FAB para pilotar aeronaves C-47 Douglas em missões de transporte.

A partir do recebimento da solicitação da ONU, via Itamaraty, as tripulações brasileiras do primeiro contingente, que seguiram para o Congo, tiveram apenas cinco dias para se preparar e embarcar para a missão. Não houve tempo hábil para um melhor preparo dos militares designados.

Entre julho de 1960 e junho de 1964, a FAB enviou quatro contingentes para o Congo, que se revezavam a cada seis meses, totalizando 179 militares, sendo 69 oficiais e 110 suboficiais, sargentos e cabos. Além das aeronaves C-47, alguns pilotos do quarto contingente também operaram helicópteros do tipo H-19.

Apesar de a participação na ONUC ter sido o batismo de fogo da FAB nesse tipo de operações da ONU, ficou evidente o profissionalismo e o sacrifício das tripulações brasileiras. Tais características valeram uma



Operações de Manutenção da Paz das NAÇÕES UNIDAS

menção honrosa enviada pelo Presidente norte-americano, Lindon B. Johnson, ao Secretário Geral da ONU, em alusão a uma ação heróica de resgate, da qual participaram dois pilotos de helicóptero da FAB.

Encerrada a participação na ONUC, foi somente a partir da década de 90 que a FAB voltou a contribuir com as OMP, não só com o apoio de aeronaves, mas também por meio do envio de Observadores Militares.

Entre 1989 e 1999, a Aeronáutica enviou um número significativo de militares para participar das OMP, conforme a Tabela 1.

De acordo com a tabela anterior, em termos numéricos, a participação da Aeronáutica foi bem menor que a do Exército e a da Marinha. Apesar disso, das dezesseis operações desencadeadas no período, a FAB esteve presente em pelo menos dez.

Em setembro de 2003, a pedido da ONU, foram enviados dois C-130 Hércules da FAB, guarnecidos por 41 militares, para atuarem em uma OMP na República Democrática do Congo, o mesmo país onde, pela primeira vez, a Aeronáutica operou em uma Força de Paz. Lá permaneceram por dois meses, voando em ambiente hostil e colhendo larga experiência por meio da interoperabilidade ao lado de outras forças aéreas amigas.

Na maioria das OMP em que integrantes da FAB estiveram, as condições eram de grande insalubridade, tendo que trabalhar em ambientes endêmicos de febre amarela, cólera e malária. Além disso, houve momentos de elevada tensão e perigo.

De acordo com relatos de militares da FAB que participaram das missões em Angola e Moçambique, ocorreram inúmeras situações em que eles enfrentaram risco de vida, durante as diversas patrulhas realizadas como Observadores Militares.

Atualmente, a FAB está presente em missões na Costa do Marfim, Libéria, Sudão e Haiti. Nos três primeiros, apenas com a presença de oficiais atuando como Observadores Militares. No Haiti, desde 2004, além de oficiais que trabalham no Estado-Maior da Missão de Paz, a FAB

tem apoiado regularmente o contingente brasileiro do EB e da Marinha (Fuzileiros Navais) por meio do apoio aéreo, transportando carga e pessoas.

O envolvimento brasileiro nas diversas operações de paz promovidas pelas Nações Unidas tem sido interpretado como um instrumento importante da política externa, voltado para a projeção da imagem do País no exterior, independentemente de quem esteja à frente do Governo Federal. A própria Política de Defesa Nacional brasileira fornece orientação, a fim de que as Forças Armadas estejam preparadas para participar de operações de manutenção da paz, de acordo com os interesses nacionais.

Na medida de suas possibilidades, a participação e o apoio da FAB às Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas têm ocorrido de maneira significativa. Nesse sentido, fica aqui o reconhecimento a todos os militares da Aeronáutica brasileira que, em determinado momento de suas carreiras, deixaram o aconchego de seu País natal para contribuírem no estabelecimento da paz nas mais longínquas regiões.

Por fim, que as palavras do ex-Secretário Geral das Nações Unidas, Dag Hammarskjöld, sirvam de inspiração e motivação para o aprimoramento técnico de todos os soldados da paz da FAB que partirem para uma missão da ONU: *“Fazer a paz não é tarefa para soldados, mas só soldados podem fazê-la”* ■

Número de militares brasileiros que participaram das OMP das Nações Unidas de 1989 a 1999

Fonte: Itamaraty

Comando Militar Missão	Exército	Marinha	FAB	Total
ONUCA - América Central	29	5	0	34
ONUSAL - El Salvador	48	3	12	63
ONUMOZ - Moçambique	207	9	2	63
UNOMUR - Uganda-Ruanda	7	3	3	13
UNPROFOR, UNMOP, UNTAES, UNPREDEP - Ex-Iugoslávia	47	29	36	112
UNOMIL - Libéria	3	0	0	3
MINUGUA - Guatemala	36	0	3	39
UNAVEM I, II, III, MONUA - Angola	3.577	654	22	4.253
UNFICYP - Chipre	20	0	0	20
UNAMET - Timor-Leste	4	3	0	7
TOTAL	3.978	706	78	4.762



Alberto Santos-Dumont

Fernando Hippolyto da Costa
Cel.-Av.

O balão Nº 4
em voo



o Pai da Aviação

Outros Hangares e Dirigíveis

Regressando a Paris, a primeira preocupação de SANTOS-DUMONT foi a de procurar um terreno bastante extenso onde, além de construir o seu terceiro hangar, houvesse também espaço suficiente para facilitar a ascensão e o pouso de seus dirigíveis. Havia chegado à conclusão de que o seu primeiro hangar em Saint-Cloud não apresentava mais operacionalidade segura; era importante pensar, como ele se expressou, na “*questão dos arredores*”.

A situação se complicara com a construção de um grande hangar, mandado fazer pelo Sr. Henry Deutsch para abrigar o seu dirigível “*Ville de Paris*” e que ficava localizado bem próximo ao de SANTOS-DUMONT.

As valetas abertas e o canteiro de obras passaram a constituir perigo aos próprios mecânicos de SANTOS-DUMONT, pois eles tinham que correr para apagar o cabo-pendente do dirigível, principalmente na ocasião do pouso, quando ele se aproximava com alguma velocidade.

Além do mais, a multidão que se formava nas imediações do hangar para apreciar as saídas e pousos dos dirigíveis, constituía sério problema.

Considerando todos esses fatores adversos, o

brasileiro decidiu-se a construir o seu terceiro hangar em Neuilly. Depois de pronto, suas dimensões eram as seguintes: 50 metros de comprimento, 13,5 de altura e 9 de largura, tendo ainda a vantagem de ficar próximo ao Campo de Bagatelle.

O hangar de Neuilly não era mais que uma enorme tenda, toda raiada nas cores branca e vermelha, apoiada numa armação de barrotes paralelos. O teto dessa imensa lona fechava, igualmente, os quatro lados; protegendo-a contra as ventanias, uma estrutura metálica foi também instalada. Somente a lona pesava cerca de 2.600 quilos.

Nesse hangar ficavam suficientemente abrigados os dirigíveis “Nº 7” (de corrida), “Nº 9” (de passeio) e “Nº 10” (o ônibus aéreo). SANTOS-DUMONT não empregou alvenaria nem paredes de madeira na construção desse terceiro hangar, porque tinha pressa em prosseguir com as suas invenções.

Ele definiu aquele local como “*a primeira estação de aeronaves do mundo*”. O hangar de Neuilly não existe mais; em seu lugar ergueram-se dois prédios modernos, isolados por uma grade sobre a qual há uma placa comemorativa de mármore bege. É o único vestígio que resta da passagem de SANTOS-DUMONT em Neuilly.



A respeito da confecção da estrutura metálica, necessária por questões de segurança e escoramento, SANTOS-DUMONT encomendou-a a especialistas no assunto, na oficina dos Saint-Frères.

No princípio, os construtores não concordaram com o projeto do inventor brasileiro, que desejava uma estrutura de uma só peça. Alegaram que não havia transporte para levar o material, além de outros obstáculos. Entretanto, graças à tenacidade do nosso “Pai da Aviação” e à sua direta participação nas tarefas, tudo foi resolvido satisfatoriamente.

O Dirigível “Nº 4” e uma Indesejada Pneumonia

Tendo o seu próprio hangar e o gerador de hidrogênio, pôde SANTOS-DUMONT dedicar-se, com adequada infra-estrutura, à construção do “Nº 4”, o qual ficou pronto em 1º de agosto de 1900.

Ligeiramente dissimétrico, o “Nº 4” apresentou 420m³ de volume, com 39 metros de comprimento e cinco metros de altura. Aproveitando a quilha-bambu do “Nº 3”, SANTOS-DUMONT sentava-se num selim de bicicleta, tendo, às suas mãos, todos os comandos do motor, do leme de direção, das válvulas e das torneiras do lastro d’água.

Desta vez, ele substituiu o tradicional lastro de areia por dois reservatórios de cobre muito fino, cada qual contendo 54 litros de água. A hélice, com diâmetro de quatro metros, foi instalada na proa do balão-dirigível, e era de seda japonesa esticada em um quadro de aço, girando a 140 rotações por minuto.

Há que se notar a vantagem conseguida pelo genial inventor na utilização das cordas de piano em lugar das cordas de fibra vegetal que, então, eram empregadas nas suspensões dos dirigíveis. A corda de piano, de apenas oito décimos de milímetro de diâmetro, apresentava alto coeficiente de ruptura, menor resistência ao avanço e, sobretudo, menos peso. Como sempre, SANTOS-DUMONT preocupava-se com a particularidade do peso.

No “Nº 4”, ele aplicou um motor mais aperfeiçoado, um “Clément”, de dois cilindros, com 7 HP de potência. Embora fosse o motor potente mais leve que encontrou no mercado, seu peso alcançava 100 quilos!

Para dar partida ao balão, ele tinha de pedalar, como acionando um triciclo.

O “Nº 4” causou bastante sucesso em Paris, naquele distante ano de 1900, quando foram programados a Grande Exposição e o Congresso Internacional Aeronáutico.

SANTOS-DUMONT

chegou a realizar um ensaio na presença dos membros do mencionado Congresso, tendo sido felicitado pelos mesmos.

A 19 de setembro de 1900, o famoso Professor norte-americano Samuel Langley (matemático, cientista, astrólogo), também assistiu a um vôo do “Nº 4”. Tão entusiasmado ficou, que retornou ao hangar de SANTOS-DUMONT, três dias após, para ver novos ensaios do “Nº 4”, ocasião em que expressou sua admiração pelas qualidades de perfeita manobrabilidade que o dirigível apresentava.

Convidado por SANTOS-DUMONT, Langley almoçou com ele e, durante o ágape, a conversa toda girou sobre a navegação aérea.

No “Nº 4”, voltou a adotar o balonete compensador de ar, alimentado por um ventilador rotatório, feito de alumínio. Posteriormente, como as experiências dessem resultados positivos, o motor teve duplicada a sua potência, já dessa vez, com quatro cilindros, sem camisa d’água. Assim, todo o sistema passou a ser resfriado por ventoinha, inaugurando o sistema de refrigeração a ar.

Conta-se que, fazendo experiências com o novo motor, em razão do forte deslocamento de ar (a hélice ficava na proa do dirigível), SANTOS-DUMONT acabou por contrair uma pneumonia.

Indo tratar-se na cidade de Nice, ao sul da França, resolveu abandonar o “Nº 4” e planejar um novo tipo de dirigível mais condizente com a potência de seu novo motor de quatro cilindros ■



Desenho do Nº 4, dirigível ligeiramente dissimétrico

O revestimento da grande hélice do Nº 4 é feito com seda. Atrás de Santos-Dumont, Emmanuel Aimé consulta o dinamômetro antes da partida do motor. Saint-Cloud, outono de 1900





Maj.-Brig.-Méd.
Dr. Ricardo Luiz
de G. Germano

Dor de Cabeça

Como **abordar** este
incômodo freqüente





I – Epidemiologia:

A dor de cabeça, tecnicamente chamada de cefaléia, é uma queixa comum que pode ocorrer por muitas diferentes razões. Cerca de treze milhões (13.000.000) de atendimentos médicos por ano ocorrem nos Estados Unidos, distribuídos entre ambulatorios e unidades de emergência, devidos à cefaléia.

II – Causas:

Como ressaltado acima, as causas são bastante variadas, podendo, por isto, desafiar uma boa avaliação. Dentre elas, podemos citar:

• enxaqueca • tensão emocional • depressão • processo expansivo intracraniano (tumor, abscesso, aneurisma, hemorragia etc.) • traumatismo • artrose cervical • problema oftalmológico (alterações de refração ou glaucoma) • problema odontológico (disfunção da articulação temporomandibular) • sinusite • febre • hipertensão arterial sistêmica • nevralgia (do trigêmeo ou do glossofaríngeo) • meningite • anemia • arterite cranial • outras causas mais raras.

III – Abordagem Diagnóstica:

O paciente que é acometido pela cefaléia ou seu responsável devem estar cientes de determinadas características que podem acompanhá-la e que indicam gravidade e necessidade de supervisão médica imediata. Sendo assim, o paciente acometido de cefaléia deverá procurar uma unidade de emergência, quando aquela vier acompanhada de: início brusco e grande intensidade, história de traumatismo, perturbações visuais, história de infecção por HIV, história de hipertensão arterial, alterações do estado mental, déficit motor ou sensorial, febre com rigidez de nuca, convulsão ou vômito. Esta atitude visa a descartar causas que são acompanhadas de alta morbidade e mortalidade, requerendo, portanto, medidas diagnósticas e terapêuticas imediatas. Alguns destes pacientes necessitarão realizar tomografia computadorizada e/ou ressonância magnética, podendo ser acompanhada de punção líquórica ou ainda arteriografia. Uma parte destes acabará com indicação de intervenção neurocirúrgica e/ou acompanhamento em unidade de tratamento intensivo.

Os casos de cefaléia que não sejam acompanhados das características acima descritas, que

demandam pronta-resposta, poderão ser dirigidos a uma unidade ambulatorial. Preferencialmente, um clínico geral deverá fazer a triagem diagnóstica. Existem, porém, casos em que, obviamente, o próprio paciente entende a relação entre a cefaléia e o especialista a ser procurado. Como exemplo disso temos: a) nariz obstruído com secreção amarelada e cefaléia frontal – dirigir-se ao otorrinolaringologista; b) dificuldade visual e dor frontal ou dor no globo ocular – dirigir-se ao oftalmologista.

IV – Medidas Terapêuticas

Dieta – Alguns casos de enxaqueca são desencadeados por alimentos específicos ou bebidas alcoólicas. Sendo assim, deverão ser evitados;

Exercício Físico – A atividade física com a finalidade de relaxamento poderá ser útil na cefaléia de tensão emocional e de depressão;

Medicamentos – Dentre os medicamentos mais usados temos os analgésicos em geral, que servem como tratamento sintomático para a dor em si. Os vasoconstritores extracraniais (ergotamina e outros) são úteis na enxaqueca. Ainda a enxaqueca poderá ser prevenida com beta-bloqueadores, bloqueadores de canais de cálcio ou com bloqueadores dos receptores A₁ de Angiotensina II. Os hipotensores serão úteis nos casos de cefaléia por crise hipertensiva. Os antibióticos serão usados nas meningites e nos abscessos bacterianos, enquanto drogas contra fungos e toxoplasma também serão úteis em casos específicos;

Outras medidas – Incluímos aí, principalmente, os procedimentos neurocirúrgicos para tratamento de: traumatismos, aneurismas, malformações vasculares, tumores, abscessos, hematomas, assim como para colocação de sistemas de drenagem etc.

V – Mensagem Final

Espero que os leitores tenham fixado as características de uma cefaléia que requeira encaminhamento do paciente a uma unidade de emergência. Por outro lado, é necessário enfatizar que não é aconselhável o uso indefinido e descontrolado de analgésicos para tratamento de cefaléia, sem que ela seja explorada e tenha a oportunidade de resolução de sua causa. Procure supervisão médica e evite a automedicação ■

O Elogio da LOUCURA

Paulo César Geraldes
Presidente da CREMERJ

Extraído
do Jornal
da CREMERJ,
maio/2006

Mais uma vez, em recente abordagem da mídia, somos obrigados a ouvir a defesa da desassistência psiquiátrica. Os argumentos estão velhos, encanecidos, mas insistentes. Quase sempre os motivos são os seguintes:

- A loucura nada mais é do que uma forma diversa de sentir a realidade;
- A loucura não é uma doença, mas muitas vezes uma forma de se libertar da opressão da sociedade;
- A loucura é criativa e o louco um artista em potencial;
- A loucura não existe, é uma criação dos psiquiatras;
- A loucura é produzida pela família para se livrar de seus membros inconvenientes e indesejados;
- Por não ser doença, apenas uma forma diferente de entender o real, a loucura não se deve enquadrar no modelo médico de diagnóstico, prognóstico e tratamento;
- O louco não precisa de hospital para se tratar, não deve ser internado em nenhuma hipótese.

É claro que todos estes argumentos são apresentados com cenas, ao fundo, degradantes, similares a campos de concentração ou, então, com os loucos e seus terapeutas com violões e percussão fazendo um “som legal”.

É pena que isto não seja verdade e que o real esteja bem distante da mentira antimanicomial.

A loucura é a maior das tragédias de que um ser humano pode ser vítima. O delírio é um sofrimento permanente. Alguém persegue o psicótico e ele não sabe quem é, nem o motivo, e, muito menos, porque ele é o alvo da perseguição. Sons distorcidos e sem sentido, repentinamente, transformam-se em gritos, pancadas, assobios e, então, se consubstanciam em vozes. Vozes que o chamam, a seguir o ofendem com palavrões e, por fim, dão ordens, mandam que

ele agrida, que bata com a cabeça na parede, que grite, que cante, que obedeça a comandos, por mais absurdos que sejam.

A família perplexa, que depositava naquele rapaz ou naquela moça as esperanças de um crescimento sadio, com o futuro pela frente, tudo a se realizar e ser conquistado, percebe que nada disto vai acontecer. O futuro foi barrado pela loucura. Não mais estudos, não mais trabalho, não mais profissão, não mais esperança. As perspectivas do mundo melhor acabam-se com a instalação do processo psicótico.

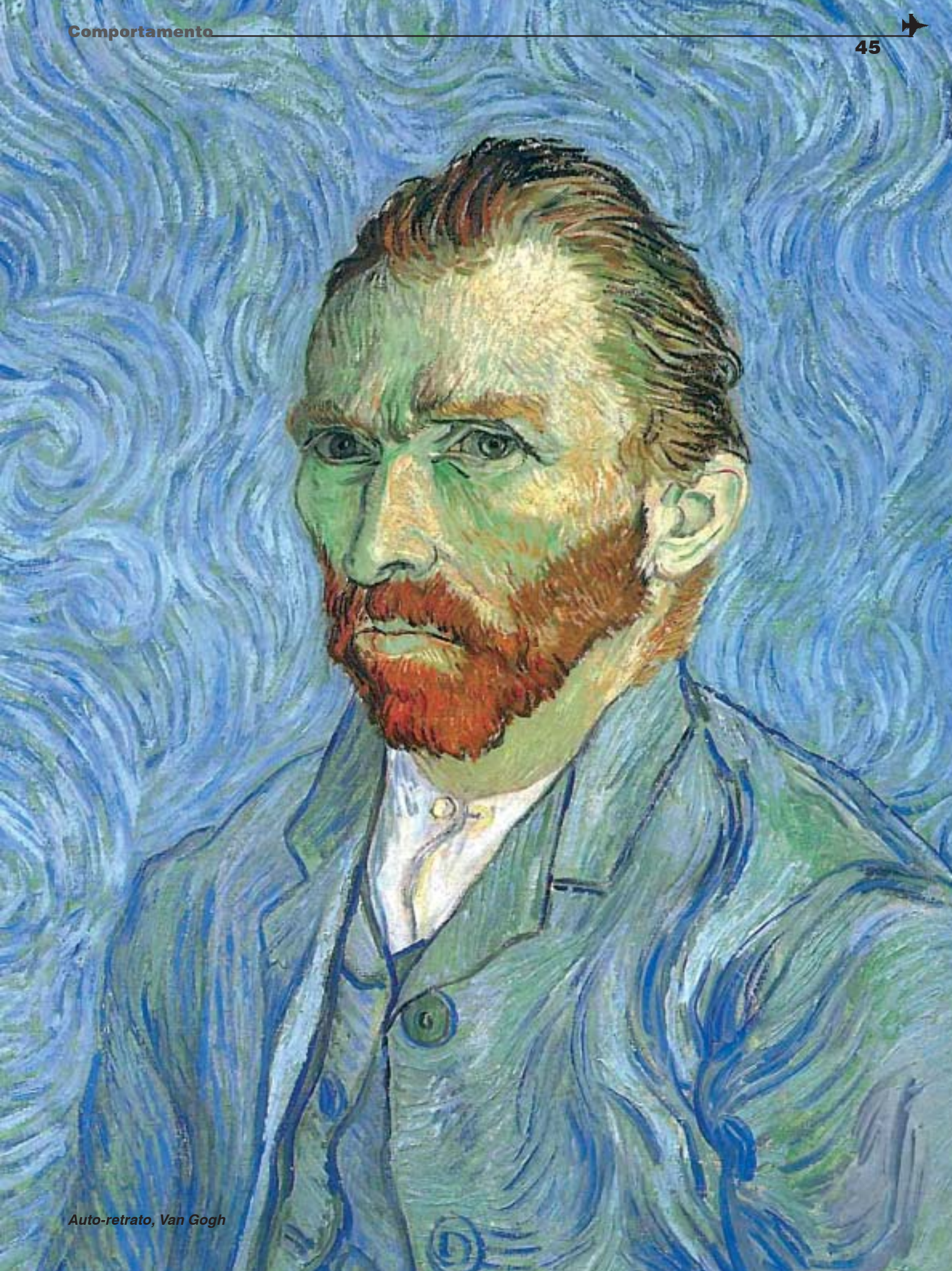
Acabou-se a vida do psicótico? Não, é claro que não, mas acabou-se a qualidade de vida, a possibilidade de usufruir do mundo todas as suas nuances, a capacidade de expandir ao máximo suas potencialidades como indivíduo e como ser pensante e criativo. Não raro se acaba também a capacidade civil, a capacidade de testar, a capacidade de gerir. O que se encerrou, infelizmente, foi a capacidade de se autodeterminar, de ser livre, de expressar de modo completo e cabal a sua vontade e de guiar os seus fatos, conforme os seus desejos.

Dr. Paul Gachet, psiquiatra de Van Gogh, afirmava: “*Eu sei que Vincent (Van Gogh) está melhor quando ele me pede as tintas. Só então, fora de crise, ele é capaz de criar*”. Esta é a realidade nua e crua. A loucura é impeditiva da plena capacidade de criação e da expressão artística.

A loucura é uma tragédia. Aqueles que a elogiam e a engrandecem ou são ingênuos, ou são insensíveis ou estúpidos ou, então, dela se querem aproveitar de algum modo, caso do chamado movimento antimanicomial. Não sabem do que falam.

E, se a Arte dependesse da Loucura para existir, Morte à Arte.

Viva a Sanidade Mental!!!!!! ■



Auto-retrato, Van Gogh



Ilustração de Ivo Batalha - Cel.-Av.

O Vôo de Dorso

Jonas Alves Corrêa
Cel.-Av.

ALÍPIO COPACABANA era aspirante aviador de 1946. Alto e magro, parecia que estava sempre em paz com Deus e com a vida. Falava arrastado feito malandro e vivia em harmonia com todos.

Como 1º Tenente, foi instrutor de vôo na Escola de Aeronáutica, lotado no Estágio Básico.

Um dia, foi dar instrução a um cadete sobre vôo de dorso. O avião era o PT-19, com um lugar para o instrutor e outro para o aluno. Não possuía radiocomunicação e a ligação entre o instrutor e o aluno era feita através do AVIOFONE. Colocava-se um capacete no aluno e o instrutor falava com ele por um tubo. O aluno se comunicava apenas por sinais.

Nessa instrução ele fez demonstração da

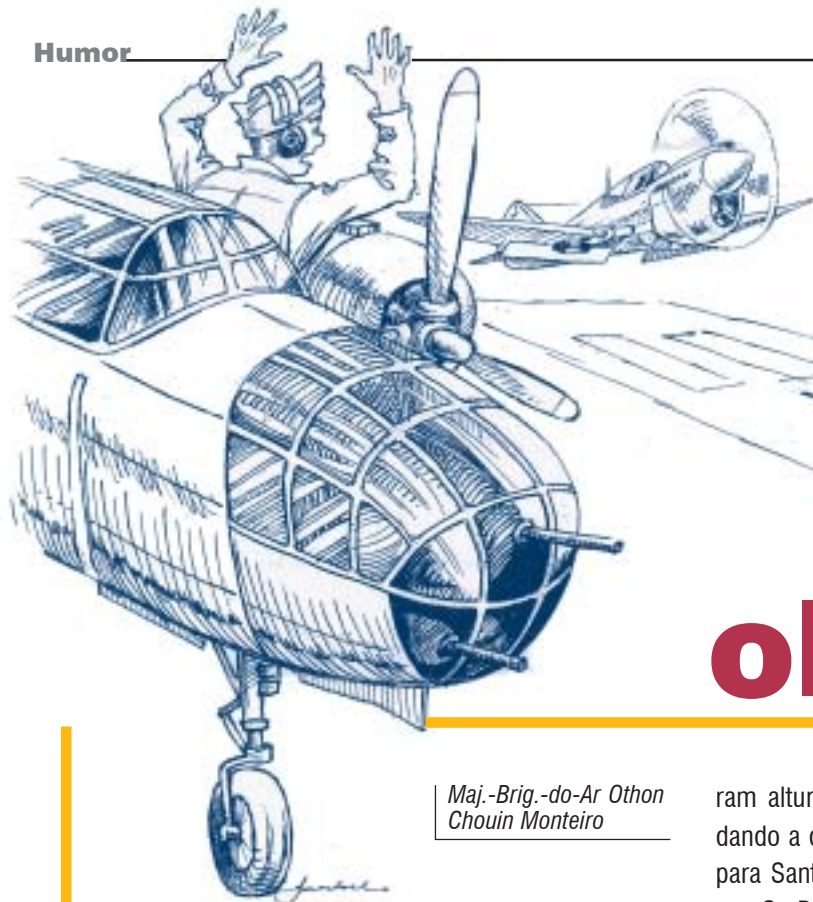
manobra em terra e, durante o vôo ele faria a manobra para o aluno aprender.

Antes de iniciar a manobra em vôo, ele perguntou ao aluno se estava bem amarrado. Este respondeu que sim.

Aí, o Alípio colocou o avião de dorso e ele mesmo foi alijado do avião. Tinha esquecido de se amarrar. Abriu o pára-quedas e aterrou tranquilo.

O aluno teve que se virar para colocar o avião em atitude normal. Depois, voltou solo para pousar, ainda com muito pouca experiência.

Alípio, já na reserva, era piloto da Paraense Transportes Aéreos. Faleceu em um acidente quando sua aeronave já estava na reta final para pousar no Aeroporto de Belém ■



Maj.-Brig.-do-Ar Othon Chouin Monteiro

Estão me olhando!

Esta é uma história real que me foi contada pelo saudoso Colomer.

Na década de sessenta, era costume realizar-se uma manobra para o treinamento da Força Aérea, na qual eram empenhados quase todos os recursos bélicos aeronáuticos de que se dispunha.

Um dos exercícios consistia em se dividir a Força em duas partes, a que se atribuíam os nomes de Força Aérea Azul e Força Aérea Vermelha. Essas Forças, agindo como forças antagônicas, se empenhavam em manobras de ataque e defesa, nas quais o objetivo era impingir os maiores estragos nas instalações “inimigas”.

Havia também ataques simulados, por parte de uma das Forças, a cidades e outros objetivos estratégicos, cabendo à outra Força defender as posições atacadas. Mas os alvos preferidos eram as Bases, onde estavam estacionados os aviões inimigos.

O desenvolvimento da missão culminava quando se engajavam, em combate simulado, os aviões de caça Curtiss P-40 e os Thunderbolt P-47. Era esse o momento mais ansiosamente aguardado pelos pilotos de ambos os Esquadrões.

No início de uma dessas manobras, havia uma missão em que os aviões de bombardeio Mitchell B-25, sediados na Base Aérea de Cumbica (São Paulo) iriam para o Rio de Janeiro, escoltados pelos P-40, a fim de atacar a Base Aérea de Santa Cruz, sede de um Grupo de Caça equipado com os P-47.

Com o nascer do dia, os P-40 decolaram, ganha-

ram altura e ficaram sobrevoando Cumbica, aguardando a decolagem dos B-25, para, juntos, rumarem para Santa Cruz.

Os B-25 taxiaram para a cabeceira da pista, fizeram o cheque de decolagem e ficaram aguardando a autorização para iniciar a decolagem. Mas o Colomer, piloto de um dos P-40, acusando problemas técnicos em sua aeronave, teve que regressar, obrigando o Esquadrão de bombardeiros a aguardar, na posição em que se encontrava, que a pista fosse liberada após sua aterragem.

Na reta para o pouso, o Colomer, vendo todos aqueles aviões na cabeceira da pista, muitos deles comandados por colegas seus de turma, sentiu que havia platéia para uma exibição e deixou-se dominar pela vaidade. Segundo suas próprias palavras, pensou: “*Vou mostrar para aqueles caras que eu sou é bom nesse avião*”.

Dito e feito. Comandou um *peel-off* lindo, bem apertado, como só um P-40 podia fazer. Enquanto isso, olhava para aquela montoeira de aviões no chão, procurando imaginar quem poderia estar ali a observá-lo.

Caprichou ao máximo para fazer o pouso bem em frente dos B-25.

Tão preocupado em impressionar os pilotos que aguardavam seu pouso ele estava, que se esqueceu de baixar o trem.

E pousou sem trem! Quebrou. Bem no meio da pista.

Com isso, os B-25 ficaram impossibilitados de decolar e regressaram para o estacionamento.

Foi assim que aquela “guerra”, graças ao Colomer, terminou, antes mesmo de começar ■



ELEIÇÕES 2006:
“CATIVANDO O ELEITOR”